

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL - UNISC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO REGIONAL – MESTRADO E DOUTORADO

DISPARIDADES ECONÔMICAS E PROCESSOS DE EXCLUSÃO SOCIAL:
ESTUDO COMPARATIVO DAS POPULAÇÕES CARCERÁRIAS DE CACHOEIRA DO
SUL E SANTA CRUZ DO SUL

Márcia Pereira Pedroso

Santa Cruz do Sul, março de 2005

Márcia Pereira Pedroso

**DISPARIDADES ECONÔMICAS E PROCESSOS DE EXCLUSÃO:
ESTUDO COMPARATIVO DAS POPULAÇÕES CARCERÁRIAS DE CACHOEIRA DO
SUL E SANTA CRUZ DO SUL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Profa. Dra. Marília Ramos

Santa Cruz do Sul, março de 2005

Márcia Pereira Pedroso

**DISPARIDADES ECONÔMICAS E PROCESSOS DE EXCLUSÃO:
ESTUDO COMPARATIVO DAS POPULAÇÕES CARCERÁRIAS DE
CACHOEIRA DO SUL E SANTA CRUZ DO SUL**

Esta Dissertação foi submetida ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Profa. Dra. Marília Ramos
Orientadora - UNISC

Prof. Dr. Silvio Correa
UNISC

Prof. Dr. Juan Mario Fandiño Mariño
UFRGS

Santa Cruz do Sul, março de 2005

AGRADECIMENTOS

Agradeço aqui, muitíssimo, àqueles que estiveram presentes a cada passo desta conquista.

A minha mãe e a minha irmã, bases de afeto e apoio durante toda a minha vida.

Minha querida amiga Alba e sua filha Sthéfanie, que inúmeras vezes me hospedaram em sua casa durante a jornada de minha pesquisa.

A Prof. Dr.(a) Edna Linhares Garcia, pelo apoio e auxílio na etapa de construção do pré-projeto, e a Prof. Dr.(a) Virgínia Elisabeta Etges a quem tenho muita admiração e a quem sou agradecida pela sensibilidade e amparo.

Com grande estima, à Prof. Dr.(a) Marília Patta Ramos, minha orientadora e minha conterrânea, pessoa que conduziu os trabalhos, possibilitando a transformação de um projeto em realidade.

E de modo muitíssimo especial, ao meu amado esposo, Cristiano Bernardes, que além de ser um grande companheiro em todas as horas, teve ainda a paciência e o carinho para revisar comigo todo o meu escrito.

RESUMO

Esta pesquisa, de caráter descritivo, buscou verificar de que forma as diferenças econômicas entre dois municípios – Cachoeira do Sul e Santa Cruz do Sul – refletem-se nos perfis, nos processos de exclusão e na percepção da qualidade de vida das populações carcerárias. Responderam a pesquisa, apenados naturais dos dois municípios que cumpriam pena nos presídios dos municípios de origem, entre os meses de março e junho do ano de 2004. Foram aplicados questionários fechados, de caráter quantitativo, contendo sessenta e uma questões, com duração média de 35 minutos para a aplicação de cada um. As questões levantaram o perfil, a mobilidade observada e percebida e a percepção dos apenados sobre o lugar onde nasceram. Averiguou-se nesse período que: o Presídio Regional de Santa Cruz do Sul abrigava cerca de 290 apenados, sendo que 36% destes eram naturais de Santa Cruz do Sul; no Presídio Estadual de Cachoeira do Sul cumpriam pena cerca de 125 apenados, e destes, 76% eram nascidos naquele município. Foram entrevistados ao todo 156 apenados (70 naturais de Cachoeira do Sul e 86 naturais de Santa Cruz do Sul). Nosso objetivo, com a descrição dos dados obtidos, foi trazer à tona a realidade das populações excluídas nos dois municípios, e principalmente, verificar diferenças e/ou semelhanças entre as populações carcerárias em contextos sócio-econômicos regionais díspares. Como características gerais da população pesquisada encontramos nos dois municípios: 99,4% dos apenados eram do sexo masculino, sendo apenas 0,06% do sexo feminino; 43,6% dos apenados eram solteiros; e 60,3% dos apenados possuíam filhos, sendo que destes 55,9% possuíam proles de até dois filhos. Através da percepção dos apenados sobre o processo de exclusão, investigamos um aspecto preponderante da relação entre o crescimento econômico e a exclusão: a presença concomitante de ambos. Já que, mesmo com municípios discrepantes economicamente, não existem diferenças estatisticamente significativas entre os apenados com relação, por exemplo a: precocidade na idade da população carcerária, o tempo de carteira assinada, e as médias de idade de ingresso no mercado de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: desenvolvimento, exclusão, mobilidade, percepção sobre a exclusão.

ABSTRACT

This descriptive study aimed to examine the ways in which the economic differences between two counties – Cachoeira do Sul and Santa Cruz do Sul – are reflected in the prisoner's profile, on their process of exclusion and on their perception about quality of life. The participants of this study were prisoners who were born in these two counties and were in these counties prisons during the months of March to June of 2004. Closed questionnaires were applied with sixty-one questions. Each questionnaire took approximately thirty-five minutes to be administered. The questions explored the prisoners' profile, their observed and perceived mobility, and their perception about the place where they were born. Results showed that: 1) the Regional Prison of Santa Cruz do Sul housed about 290 prisoners, and 36% of these people were born in Santa Cruz do Sul; 2) at the State Prison of Cachoeira do Sul, 125 prisoners were serving a prison term, and among them 76% were born in that county. A total of 156 prisoners were interviewed (70 from Cachoeira do Sul and 86 from Santa Cruz do Sul). Our goal was to describe the reality of the excluded people, and mainly to verify the differences and/or the similarities between the prisoners who belong to different regional social economic contexts. As general characteristics of the research population, we found in these two contexts that: 99,4% of prisoners were male, and only 0,06% were female; 43,6% of them were single; and 60,3% had children, of which 55,9% had families with up to two children. Through the perception of the prisoners about the process of exclusion, we observed a preponderant aspect in the relation between the economic growth and the exclusion: the presence of both in the same time. This was illustrated by the fact that even with divergent economic characteristics, there were not significant statistical differences among some of the prisoners' aspects in both counties, such as: the precocity of prisoners' age, the period of work with signed working papers, and the mean age in which they started to work.

Keywords: development, exclusion, mobility, and perception about exclusion.

LISTA DE FIGURAS

1– Mapa da Divisão do RS por Regiões conforme COREDEs.....	24
2– Motivos que o levaram ao cárcere.....	34
3– Já teve carteira de trabalho assinada.....	38
4– Médias gerais de anos de estudo.....	52
5– Ocupação profissional dos pais dos apenados.....	59
6– Que lugar melhor representa a sociedade da sua cidade.....	73

LISTA DE TABELAS

1– Presídios e Populações Pesquisadas.....	28
2 – Naturalidade dos Pesquisados.....	29
3 – Distribuição dos respondentes por faixas de idade.....	32
4 – Distribuição dos respondentes por faixas de idade em cada município.....	33
5 – Níveis de Integração.....	36
6 – Categorias de tempo de carteira assinada nos dois municípios.....	39
7 – Renda familiar por categorias nos dois municípios.....	40
8 – Média de renda familiar nos dois municípios.....	41
9 – Média de idade da primeira ocupação profissional.....	43
10 – Idade da primeira ocupação profissional.....	50
11– Escolaridade dos apenados nos dois municípios.....	53
12 – Primeira ocupação profissional dos apenados.....	55
13 – Última ocupação profissional dos apenados.....	57
14– Diferenciação das ocupações nos dois municípios.....	60
15 – Primeira ocupação profissional, se manual/não manual.....	61
16– Ocupação profissional do pai, se manual/não manual.....	62
17– Percepção da vida com relação à vida dos avós.....	63
18– Percepção da vida com relação à vida dos pais.....	65
19 – Percepção do posicionamento do lugar de moradia na sociedade.....	75
20 – Preconceito.....	76
21 – Percepção do lugar de moradia.....	77
22– Como o apenado avalia sua possibilidade de acesso aos lugares.....	79
23 – Possibilidade de Circulação	80
24 – Confiança nas pessoas.....	81
25 – Percepção da qualidade no atendimento público em saúde.....	83
26 – Percepção da qualidade no atendimento público em justiça.....	84

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
PIB	Produto Interno Bruto
RS	Rio Grande do Sul
Sig.	Significância
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO.....	11
1. CRESCIMENTO ECONÔMICO, DESENVOLVIMENTO E EXCLUSÃO: OS CONTEXTOS DE PESQUISA E O PERFIL BIOGRÁFICO COMPARADO DAS POPULAÇÕES CARCERÁRIAS DE CACHOEIRA DO SUL E SANTA CRUZ DO SUL.....	19
1.1. Diferenças entre crescimento econômico e desenvolvimento, indicadores e contextos de pesquisa.....	21
1.2. As características sócio-econômicas dos apenados de Cachoeira do Sul e Santa Cruz do Sul: semelhanças e diferenças nos processos de exclusão.....	31
2. A DISPARIDADE ECONÔMICA E A MOBILIDADE SOCIAL.....	46
2.1. A mobilidade social.....	48
3. A DISTÂNCIA SOCIAL PERCEBIDA.....	68
3.1. Percepção do lugar de origem	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	94
ANEXO A – Questionário	98
ANEXO B – Profissão do pai e Primeira profissão do Apenado	102

INTRODUÇÃO:

Construímos este trabalho, tendo consciência da profundidade das desigualdades que assolam nossa sociedade. Desigualdades entre países, desigualdades entre regiões, entre pessoas, entre universos. Fatos como o de que existem: “[...] pouco mais de quatrocentas pessoas no mundo, que dispõem de mais riqueza pessoal do que a metade mais pobre da humanidade” (DOWBOR, 2001, p. 201), comprovam essa realidade. Contudo, estamos convictos de que riquezas cada vez maiores e cada vez mais concentradas expressam um modelo de desenvolvimento disseminado mundialmente, baseado apenas no crescimento econômico e que não mais se sustenta.

Entre o extrato mais rico da população e o extrato mais pobre, há a incomensurável distância: no modo de viver, nas oportunidades, nas possibilidades e nos resultados expressos em sua qualidade de vida. Uma história com duas versões: numa face, a pequena parcela que tem possibilidade de satisfação de todos desejos, sejam eles quais forem. A outra face, abriga um grande contingente vivendo, ou sobrevivendo na pobreza, na doença, na indigência.

A imagem de ambas as faces está presente em todos os espaços, sejam eles globais, regionais ou locais.

A América Latina tem, hoje, 50% de sua população em estado de pobreza. Ao mesmo tempo é um dos continentes potencialmente mais ricos de todo o planeta, totalmente privilegiado. Tem matérias primas estratégicas, fontes de energia baratas, capacidade de produção agropecuária excepcional, clima privilegiado, entre outras condições favoráveis. Por que um continente tão rico tem tanta pobreza? (KLIKSBURG, 2002, [s.p.]).

Este contraste tem se tornado mais evidente a cada dia. A face rica se incomoda com a pobreza atrapalhando suas paisagens, subindo morros, contornando cidades. A face rica sente-se ameaçada. Constrói cidades fictícias, condomínios fechados, ergue muradas. Sente necessidade de segurança vinte quatro horas e câmeras de vigilância.

E a face pobre, o que pensa sobre sua pobreza? O que pensa da riqueza da qual vive à margem? Como essa dicotomia entre pobreza e riqueza afeta seu cotidiano, sua visão de mundo, de sociedade, do outro? Será que a qualidade de vida das populações carentes apresenta-se de forma diversa em contextos econômicos diferenciados, expressos por diferentes valores em termos de PIB e renda per capita?

O Índice de Desenvolvimento Humano é uma tentativa de responder às perguntas feitas anteriormente e é um sinal da mudança de visão sobre o desenvolvimento. Este índice procura medir a qualidade de vida das populações, levando em conta que “[...] as capacidades mais básicas para o desenvolvimento humano são levar uma vida longa e saudável, ser educado, ter acesso aos recursos necessários para um padrão de vida digno e poder participar na vida em comunidade” (Relatório de Desenvolvimento Humano, 2002, p.13).

Diante dessa visão, a mudança de paradigmas urge, é preciso pensar na vida em primeiro lugar, não mais apenas porque a qualidade de vida das pessoas e a distribuição de renda sustentem e favoreçam o crescimento econômico, mas por que elas devem ser o sentido de todo e qualquer projeto de desenvolvimento, seu fim e sua prioridade. O Relatório de Desenvolvimento Humano nos demonstra que é possível medir o desenvolvimento através da qualidade de vida das pessoas e não somente através da produção e do crescimento econômico. Nossa pesquisa também partiu desse pressuposto.

É possível medir o desenvolvimento, através de diversos indicadores, sendo o crescimento econômico apenas um deles. E sendo possível medir o desenvolvimento, pelo desenvolvimento humano, nossa perspectiva torna-se bem mais abrangente. Podemos passar a medi-lo, e o fizemos, não somente por dados concretos como, por exemplo, se as pessoas possuem energia elétrica e saneamento básico, mas pelos dados de uma realidade percebida.

De que maneira? Entre o fenômeno e o sujeito, se interpõe o fenômeno das representações sociais (LANE,1981). Ou seja, entre possuir energia elétrica e considerar esse fato como um sinal de inclusão social, existe uma distância. Existe um sentido pessoal que atribuímos aos significados sociais. Somente o concreto não traduz conceitos como mobilidade ou distância social. Podemos morar no centro da cidade e nos sentirmos periféricos à sociedade em que vivemos.

O que há de original na realidade percebida, é que ela é exclusivamente ditada pela pessoa que a percebe, não obedecendo nenhum padrão – além do seu próprio – sobre o que seria considerado bom para sua vida. Ou seja, “[...] é indispensável que ao lado do exame minucioso dos fatores objetivos, seja realizada uma análise dos aspectos subjetivos, de atitude e de percepção, da população [...]” (SCALON, 2004, p.11).

Para entender tal percepção acerca do desenvolvimento – e partindo do pressuposto que o desenvolvimento deve dar primazia às pessoas, sendo esta a sua versão mais genuína – propusemos um estudo sobre desenvolvimento, a partir da percepção e do perfil de pessoas excluídas. Pessoas estas, que fazem parte de uma população específica: a população carcerária. Essa população é tomada por nós como uma amostra ilustrativa dos processos de exclusão social.

Para definição da população pesquisada, procuramos uma população capaz de demonstrar os processos excludentes de um município e que, tendo nascido neste, representasse as condições de vida locais e as privações pelas quais passam as comunidades mais desassistidas do mesmo. Nos subsidiamos, ainda, em estudos sociológicos que mencionam a violência e a criminalidade como denunciante de desigualdades e privações, chegando então, a um possível extrato populacional demonstrativo dos processos sociais de exclusão: a população carcerária.

Para ampliarmos a abrangência dessa percepção fizemos um comparativo entre duas populações carcerárias de municípios diferentes. Isto porque, a dimensão regional envolve diferentes níveis de agregação, como os municípios por exemplo, que podem ser tomados como unidade de análise e devem ser levados em consideração e, análises sobre desenvolvimento (RAMOS E MARIÑO, 2003).

Os municípios escolhidos para nossa pesquisa, propositadamente, que apresentam disparidade entre si quanto ao Produto Interno Bruto per capita e renda per capita. As populações pesquisadas faziam parte então – antes do cárcere – de dois contextos diferenciados quanto ao crescimento econômico: o município de Cachoeira do Sul, pertencente – conforme os Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul – à Região Jacuí Centro, e o município de Santa Cruz do Sul, pertencente à região do Vale do Rio Pardo.

Consideramos que uma proposta para se entender diferenças regionais deva ter como alvo final um nível de agregação que se situa intermediariamente entre o município e o Estado. Isto responde à idéia de que o trabalho de análise das diferenças regionais nos níveis estadual e supra-estadual envolveria uma complexidade tal que imporia diagnósticos profundamente casuísticos e historicamente específicos, e portanto de menores possibilidades de generalização e de construção de uma metodologia genérica. Ora, o nível municipal de análise, por seu lado, sendo estrategicamente adequado pela condição de unidade político-institucional que representa, poderá se servir bem da metodologia proposta; (RAMOS & MARIÑO, 2003, p.216).

Este estudo é fruto de uma preocupação em reunir observações acerca da diferenciação ou aproximação de municípios com características bem diferentes em termos de indicadores sócio-econômicos – Cachoeira do Sul e Santa Cruz do Sul – quanto às características de inclusão/exclusão da população carcerária antes de sua reclusão, podendo ainda, discutir teoricamente a repercussão do crescimento econômico no desenvolvimento percebido.

Já que, afirmar que um município apresenta renda per capita excelente não é falar das condições de vida de toda a sua população, questiona-se como uma população pobre e vulnerável como a população carcerária, sente a pobreza ou riqueza de uma cidade? Como essas pessoas sentem ou vivem os reflexos do crescimento econômico do lugar onde nasceram, viveram e vivem com sua família? Uma cidade em melhores condições econômicas fornece, necessariamente, melhores condições de inclusão a todos os seus habitantes? A percepção da qualidade de vida da população carcerária é coerente com a diferença demonstrada pelos índices econômicos? A mobilidade social é a mesma? O sentimento de inclusão social se altera à medida que a qualidade de vida melhora ou piora?

Falar de crescimento econômico nem sempre é falar de desenvolvimento. Ou, conforme Sachs (2001) “... o desenvolvimento não está contido no crescimento econômico...” (p. 157). Segundo este autor, os dois não são incompatíveis, mas nem sempre um acompanha o outro.

Então, que proporção existe, por exemplo, entre as diferenças do crescimento econômico e o sentimento de inclusão de populações semelhantes que provém de contextos econômicos diferentes?

Nosso intuito, a partir das idéias já mencionadas e para responder as questões lançadas, era realizar uma pesquisa censitária com população carcerária: todos os apenados naturais de Cachoeira do Sul que estavam cumprindo pena no Presídio Municipal daquele município no período da pesquisa; e todos os apenados naturais de Santa Cruz do Sul que estavam cumprindo pena no Presídio Regional de Santa Cruz do Sul no período da pesquisa. Contudo, isso não foi possível devido a algumas negativas em responder a pesquisa, ou devido à pena de alguns respondentes da pesquisa ser cumprida em regime semi-aberto, ocasionando incompatibilidade de horários em que estes estivessem nos presídios e os horários programados para pesquisa.

Nossos dados demográficos ficaram distribuídos da seguinte forma: havia 104 apenados naturais de Santa Cruz do Sul no presídio Regional desta cidade na época da pesquisa, destes responderam a pesquisa 86 apenados; em Cachoeira do Sul encontravam-se cumprindo pena 95 apenados cachoeirenses no período da pesquisa, destes, 70 responderam a pesquisa.

As variáveis de que nos valem nesses dois contextos, foram: os perfis das populações carcerárias em questão, a percepção dessas populações a respeito da vida em sociedade; seus sentimentos de inclusão/ exclusão e dados sobre sua mobilidade social.

As indagações que guiaram nossa pesquisa foram: 1) existe diferença na percepção das populações excluídas a respeito de seus municípios, tendo estes, indicadores econômicos diferenciados? Ou, qual é a diferença entre a riqueza ou pobreza oficial – mensurada e veiculada sob as formas de PIB e renda per capita dos municípios – e a percepção das populações mais desfavorecidas sobre sua inclusão/exclusão nessa riqueza ou pobreza?

Ou seja, em que situação se encontra, não a face que colhe os louros do desenvolvimento mas, a face sofrida que sucumbe e se afoga na pobreza? Assim, observamos a outra face do *desenvolvimento*, o qual deveria chegar a todos, através da percepção e do perfil da população

que não somente está excluída, mas acumulou tantos atributos excludentes, que foi reclusa, retirada do convívio comum.

Nosso objetivo é a comparação da percepção e do perfil das populações pesquisadas, geradas em contextos sócio-econômicos distintos. Buscamos conhecer a visão de quem foi retirado da convivência comum, sobre como se lhe apresenta a sua vida, frente à realidade econômica do lugar em que nasceu e viveu antes do cárcere. Buscamos descrever o reflexo da pobreza e da riqueza econômica dos lugares nas condições de vida da população carcerária antes da reclusão e em sua história de exclusão. Objetivamos poder demonstrar a percepção daqueles que pouco conseguiram usufruir os benefícios do crescimento econômico de seu lugar de origem.

Os questionários¹ aplicados, com a duração média de trinta e cinco minutos, continham 61 questões, todas quantificadas, conforme o objetivo desta pesquisa. As questões buscavam responder perguntas como: Quem está na prisão desses municípios? Como vêm a situação que as levou ao cárcere? Como vivem as suas famílias? Como enxergam o seu passado? E, o que estas pessoas percebem da sociedade que os cerca?

A partir do questionário foram levantados dados sobre o perfil dos apenados dos dois municípios, com questões como: idade, sexo, escolaridade, estado civil, ocupação profissional, número de filhos, renda familiar e origem – rural ou urbana. Foi investigada a mobilidade social observada, a partir da escolaridade e da ocupação dos pais, da escolaridade do apenado, sua primeira ocupação profissional, e sua a última ocupação antes de vir para o cárcere. E a mobilidade social percebida, buscando entender como o apenado percebe a qualidade de sua vida em relação à qualidade da vida dos seus pais e como o apenado percebe a qualidade de sua vida com relação à qualidade de vida dos seus avós.

¹ Anexo A.

Tais questões seguem a perspectiva de Scalón (2004), através da qual foi observada ainda a percepção do apenado sobre o lugar de origem, investigando-se questões como: que lugar melhor representa a sociedade de seu município?; Seu lugar de moradia está dentro, em um lugar intermediário ou fora da sociedade de seu município?; Considera o lugar de moradia como: a) agradável e seguro de se morar; b) somente um lugar razoável; c) indiferente; d) morava lá somente porque havia nascido lá; e) desagradável; Considera que tem livre acesso aos lugares do seu município, ou, que lugares costumava frequentar.

Com estes indicativos, a descrição do entrelaçamento das contingências sociais específicas que formam a população carcerária, pôde apontar para a construção de perfis sociais de exclusão e abandono construídos nos dois municípios.

O fato de compararmos dois casos, pôde ainda aprofundar o método, torná-lo mais conclusivo e fidedigno. Pois, o “[...] interesse dos estudos comparativos reside na ultrapassagem da unicidade e na evidenciação de regularidades ou de constantes entre várias organizações cujas semelhanças e dessemelhanças são analisadas [...]” (BRUYNE, 1991, p. 228).

Para tanto, o *estudo de caso comparado*² propõe, mais do que uma técnica, uma análise o mais completa possível, que considera a unidade social estudada como um todo, seja um indivíduo, uma família, uma instituição ou uma comunidade (GOLDENBERG, 2000).

O estudo de caso por si só, deve reunir “o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com o objetivo de apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto” (GOLDENBERG, 2000, p.34). Por sua vez, utilizando dois casos, comparando-os, pode-se pensar relacionalmente os casos particulares.

As populações carcerárias de Cachoeira do Sul e Santa Cruz do Sul, nascidas nos respectivos municípios, servem como um demonstrativo de fragilidades sociais que existem paralelamente ao crescimento econômico, que não necessariamente é difundido de forma

² Grifo nosso.

coerente, em termos de desenvolvimento humano. Descrever a percepção que tem a população carcerária sobre seu lugar de origem, bem como, descrever seu perfil, permitiu a construção de trajetórias de exclusão edificadas concomitantemente ao processo de crescimento econômico.

E mais do que isso, discutir a desigualdade e as prioridades do desenvolvimento deve ser uma constante nas ciências sociais. Essa discussão por sua vez, ajuda a atentarmos para o direcionamento dos projetos de crescimento econômico e para a sua preocupação ética – as pessoas.

Para falar de desenvolvimento, utilizamos a posição que o coloca, única e estritamente, como “... processo de busca do bem estar humano.” (ARBIX, 2001, p.56). Nenhuma posição intermediária que utilize o desenvolvimento humano apenas como argumento para a estabilidade econômica é admissível, e sim a visão de que o crescimento econômico serve, em primeira e última instância, apenas e somente para o bem estar do homem, a equidade entre as pessoas e a diminuição da pobreza.

No decorrer dessa dissertação procuramos enfocar alguns temas que constituem a estrutura desse pensamento trazendo informações acerca da percepção das pessoas sobre si e seu lugar de origem diante das particularidades econômicas e de desenvolvimento daqueles contextos.

No primeiro capítulo, inicia-se a discussão sobre a diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento, já diferenciando os contextos dos dois casos desse estudo: Cachoeira do Sul e Santa Cruz do Sul. Ainda nesse capítulo, é feita a descrição das características sócio-econômicas das populações pesquisadas, e das diferenças dos processos de exclusão dos contextos dos quais se originam.

O segundo capítulo, trata da comparação entre os dois municípios, tendo como tema a mobilidade social. Neste capítulo são evidenciadas as possibilidades diferenciadas dos dois contextos, e a percepção dos sujeitos a respeito da sua posição social nestes contextos.

O terceiro capítulo, encerra a comparação entre os dois municípios pesquisados, descrevendo as possibilidades de circulação espacial dessa população antes do cárcere, demonstrando a diferenciação da percepção de inclusão no lugar de origem, bem como, a coerência dessas diferenças frente às disparidades econômicas dos dois contextos.

1. CRESCIMENTO ECONÔMICO, DESENVOLVIMENTO E EXCLUSÃO: OS CONTEXTOS DE PESQUISA E O PERFIL BIOGRÁFICO COMPARADO DAS POPULAÇÕES CARCERÁRIAS DE CACHOEIRA DO SUL E SANTA CRUZ DO SUL

Lançando-se um olhar genérico sobre o tema *desenvolvimento*, percebemos que são essencialmente duas perspectivas desse tema que têm se destacado: o crescimento econômico e a melhoria social. A primeira perspectiva se traduz em cifras – produção, lucro, arrecadação – enquanto a segunda enfoca a inclusão das pessoas: sua qualidade de vida, saúde, educação, etc.

É certo, que a segunda perspectiva tem tomado proporções maiores mais recentemente, visto que, o crescimento econômico foi por muito tempo a grande prioridade da maioria dos projetos de desenvolvimento. Entretanto, a prioridade era esta, por que todos acreditavam que em consequência ao crescimento econômico viria o bem estar social (SEN, 2000).

É a *teoria do derrame* (KLIKSBURG, 1998, p.21), onde se apostava que alcançando metas econômicas, haveria um progresso que se *derramaria* e distribuiria para todo o conjunto da população – incluindo os mais pobres – os seus frutos. Havia ainda, idéias de que para se crescer economicamente era necessário que se passasse por estágios de desequilíbrio e

iniqüidade, como degraus necessários ao *progresso*. Entretanto, essas idéias foram refutadas, pois se observava em áreas de grande desigualdade, pouco crescimento econômico³.

Houve ainda quem pensasse que para a efetivação das perspectivas de diminuição da pobreza, a partir do crescimento econômico, este deveria vir acompanhado de critérios como durabilidade, estabilidade. Depois disso, muito evoluiu no pensamento econômico a respeito do desenvolvimento (SALAMA, 2000).

Sucedendo à teoria do derrame surgiram planejamentos em torno dos quais girava a grande importância da distribuição do crescimento para sua própria manutenção. Afirmava-se que a diminuição das desigualdades nas rendas das pessoas tornaria o crescimento mais durável, diminuindo a pobreza. Assim como, a estabilidade do crescimento favoreceria a distribuição de renda. Finalmente poder-se-ia, com bases concretas, fundamentar o argumento ético do desenvolvimento: as pessoas. Agora, através do argumento econômico se estava provando que ajudar as pessoas sustentaria a economia (SALAMA,2000).

Além do fato de todas essas idéias buscarem, com afincos, relacionar o crescimento econômico à necessidade da distribuição de renda e da melhoria social, sua segunda característica comum, é que, todas elas colocam o desenvolvimento social em segundo plano: as pessoas como sendo necessárias ao crescimento econômico. Pessoas bem nutridas, bem educadas, com saúde, sustentam a estabilidade e são necessárias ao crescimento econômico tão almejado.

Porém, essa inversão pode e deve ser corrigida. O crescimento econômico e o desenvolvimento só devem ter um único fundamento, fundamento este, que até o momento tinha sido visto como secundário: as pessoas. Além disso, não apenas algumas pessoas mas, todas as pessoas. Por isso, se faz necessário esclarecer que a eficácia do desenvolvimento deve ser medida através de sua capacidade de diminuir as discrepâncias entre a qualidade de vida dos indivíduos aos quais se destina.

³ Grifos nossos.

1.1. Diferenças entre crescimento econômico e desenvolvimento, indicadores e contextos da pesquisa:

Nossa perspectiva sobre o desenvolvimento está calcada no conceito de Sen (2000), no qual o desenvolvimento é representado pela “[...] expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (SEN, 2000, p. 17). “Nessa abordagem, a expansão da liberdade [ou possibilidade]⁴ é considerada o fim primordial e o principal meio do desenvolvimento [...]” (SEN, 2000, p.52).

Podemos esclarecer o que o autor entende por liberdade, distinguindo os dois tipos de liberdades aos quais se refere: as liberdades substantivas (segundo ele, elementos constitutivos do desenvolvimento), que seriam ligadas às necessidades básicas e de sobrevivência, como não passar fome, ter acesso à educação, à assistência médica, e ao mercado de trabalho; e as liberdades instrumentais, que seriam a possibilidade de participação política, as facilidades econômicas, as oportunidades sociais, as garantias de transparência e a segurança (SEN, 2001).

Entretanto, uma das variáveis que se interpõem ao diagnóstico dessas liberdades ou possibilidades, seria a forma com que elas são medidas: como medir as possibilidades ou liberdades e o desenvolvimento de que desfrutam os indivíduos? Em termos econômicos encontramos o “[...] indicador PIB *per capita*⁵, até então usado como *proxy*⁶ do nível de desenvolvimento sócio-econômico pelos países [...] cada vez menos apropriado como medida representativa do bem-estar social.” (JANNUZZI, 2003, p.13). Essa medida, segundo o autor, não monitora a mudança social subjacente ao crescimento econômico, nem seria essa a sua finalidade.

Mas há que se considerar que, mesmo não sendo essa medida – PIB per capita – um termômetro direto da melhoria social, ela deve, em algum nível, estar relacionada a essa melhoria. Visto que, ela é representativa do crescimento econômico, que tem como finalidades primordiais, como já foi discutido anteriormente, a inclusão de todas as pessoas. Então, mesmo

⁴ Palavra que pode substituir o termo liberdade, em seu sentido utilizado por SEN (2000).

⁵ Grifo do autor.

⁶ Grifo do autor.

que o Produto Interno Bruto per capita, não seja a uma medida social direta, ele deve, cada vez mais, estar associado à melhora da situação social.

Uma outra maneira de se medir o desenvolvimento é o Índice de Desenvolvimento Humano, que busca calcular a qualidade de vida das populações. “Os relatórios [deste índice]⁷ tem tratado de abordagens de desenvolvimento humano à governação, pobreza, crescimento econômico, gênero, paz e segurança, sobrevivência e saúde, ambiente, educação e tecnologias de informação e comunicação.” (RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2002, p. 32). Este índice é sinônimo de que a preocupação com o desenvolvimento volta-se cada vez mais para as pessoas, e de que a palavra desenvolvimento só pode estar relacionada a elas.

O Índice de Desenvolvimento humano (IDH) é uma medida resumo simples de três dimensões do conceito de desenvolvimento humano: viver uma vida longa e saudável, ser instruído e ter um padrão de vida digno. Assim, combina indicadores de esperança de vida, escolarização, alfabetização e rendimento, para permitir uma visão mais alargada do desenvolvimento dum país do que usando apenas o rendimento que freqüentemente, é equiparado ao bem-estar. (RDH, 2002, p.34).

Podemos dizer que o olhar de quem pensa o desenvolvimento mundial a partir dessa perspectiva está se voltando para as pessoas – motivo legítimo de qualquer projeto de desenvolvimento. E significa dizer também, que outras “[...]”⁸ estratégias de desenvolvimento precisam ser construídas para dar conta de fenômenos diferentes, mas também é certo que o resgate da noção de desenvolvimento, com seu conteúdo de eliminação da pobreza e da desigualdade, é necessário e urgente”. (ARBIX, 2001, p.67).

Colocando o argumento humano em primeiro lugar, é fácil concluir que toda e qualquer medida deve estar relacionada a ele. Não pela função do argumento humano no desenvolvimento, mas pela função do desenvolvimento com relação à vida dos indivíduos. O Relatório de Desenvolvimento Humano (2002) nos demonstra que é possível medir o desenvolvimento através da qualidade de vida das pessoas e não somente através da produção e do crescimento econômico.

⁷ A intervenção entre colchetes é nossa.

⁸ A supressão indicada pelos colchetes substitui a palavra “outras”, posta fora da citação por iniciar em letra maiúscula.

Além disso, Jannuzzi (2003) argumenta que existem “[...] indicadores objetivos que se referem a ocorrências concretas ou entes empíricos da realidade social, construídos a partir das estatísticas públicas disponíveis.” (p.20). Ao passo que, relacionados a esses indicadores, podem haver medidas subjetivas, as quais ele denomina de “[...] indicadores subjetivos ou qualitativos [...]” (JANNUZZI, 2003, p.20). Estes últimos referem-se à construção de medidas que são colhidas em pesquisas sobre a percepção e avaliação das pessoas a respeito de diferentes aspectos da realidade.

Assim, começamos a discutir a exclusão, pelas fontes de privação do desenvolvimento: pobreza, tirania, carência de oportunidades econômicas, destituição social sistemática e negligência dos serviços públicos (SEN, 2000), a partir da ótica dos indivíduos, de sua história relacionada a essas privações. E como avaliar essas privações de forma mais fidedigna, se não levarmos em conta as percepções das pessoas que estiveram ou estão vulneráveis a elas?

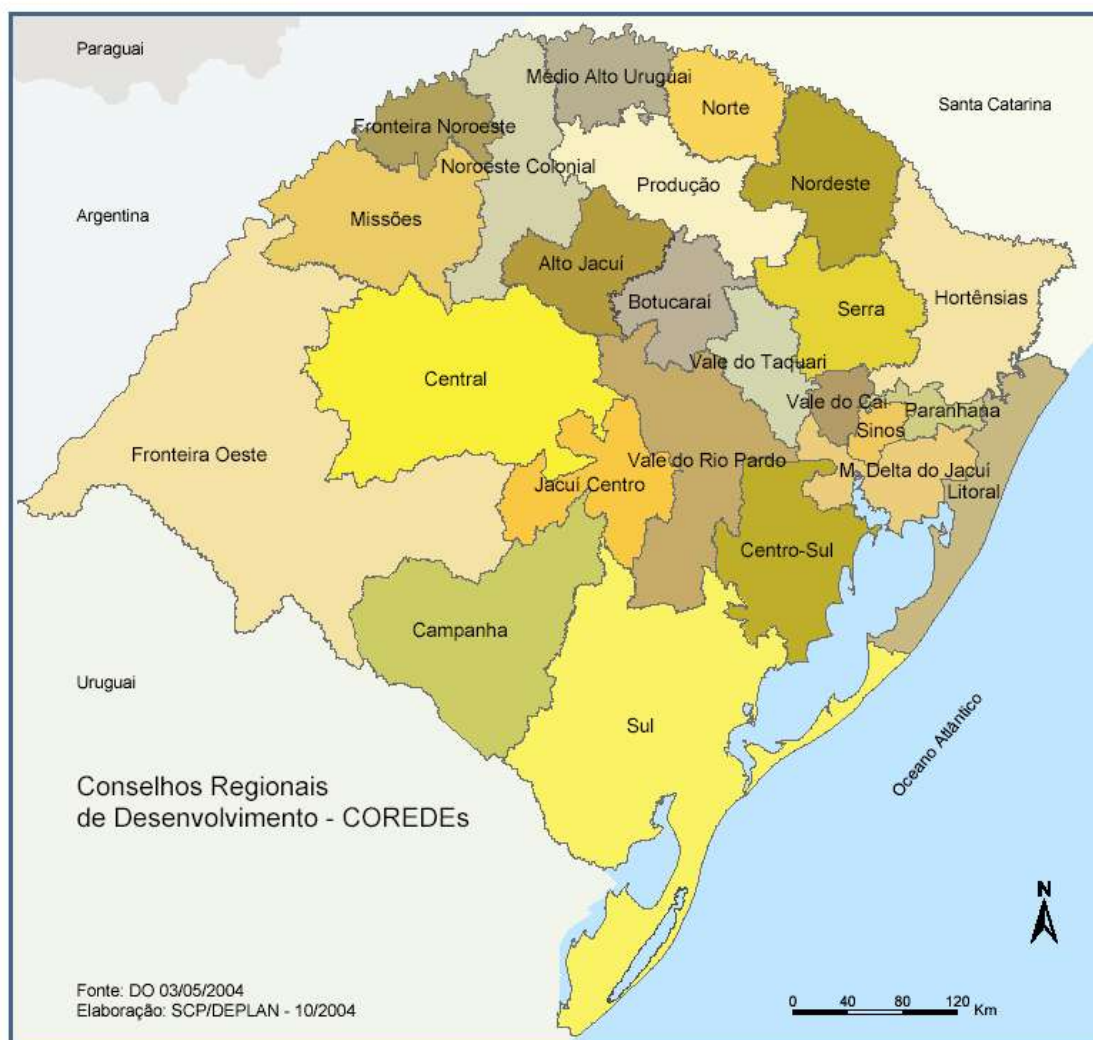
Diante do exposto, partamos então, primeiramente, para diferenciação dos contextos de pesquisa: Cachoeira do Sul, município, com população total de 87.873 habitantes, e que apresenta um PIB per capita de R\$ 4.490,00 reais⁹; Santa Cruz do Sul, município com 107.632 habitantes, com PIB per capita de R\$ 20.104,00. Os municípios de Cachoeira do Sul e Santa Cruz do Sul, são municípios pertencentes à mesma Macro-Região, chamada Macro Região dos Vales, que compreende 67 municípios do Rio Grande do Sul. Mas, cada um deles é respectivamente pertencente a regiões menores dentro dessa macro-região: as Regiões Jacuí Centro e Região do Vale do Rio Pardo¹⁰.

Essa delimitação de regiões foi baseada nos Conselhos Regionais de Desenvolvimento - COREDEs, criados oficialmente pela Lei 10.283 de 17 de outubro de 1994. Esses conselhos, são fóruns de discussões e decisões a respeito de políticas e ações que visam o desenvolvimento regional. Atualmente, os Conselhos Regionais de desenvolvimento dividem o Rio grande de Sul em 24 regiões, como demonstra a figura a seguir:

⁹ Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.undp.org.br>>.

FIGURA 1 – MAPA DA DIVISÃO DO RS POR REGIÕES CONFORME COREDES



FONTE: <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=467>

Os dois municípios pesquisados constituem-se em pólos de suas regiões, por serem classificados como municípios de porte médio superior¹¹ (Cachoeira do Sul) e grande porte¹² (Santa Cruz do Sul) outro motivo que influenciou em nossa escolha para este estudo de caso comparado, já que:

¹¹ Classificação do IBGE de acordo com o número de habitantes – entre 50.000 e 100.000. Informação disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>, CENSO 2000.

¹² Classificação do IBGE de acordo com o número de habitantes – acima de 100.000. Informação disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>, CENSO 2000.

O desenvolvimento urbano de cidades de porte médio no Brasil tem chamado a atenção de sociólogos e urbanistas para a influência e a participação de tais núcleos urbanos na dinâmica regional contemporânea. [...] Enquanto pólos regionais descentralizados de metrópoles, estas cidades têm se destacado no cenário nacional devido às suas alternativas ao desenvolvimento regional [...] (CORREA, 2003, p.313).

Em nossos contextos de pesquisa, propositadamente, buscamos essa diferenciação, regional e econômica. O PIB per capita de Santa Cruz do Sul é 347,75% maior do que o de Cachoeira do Sul. Isso nos remeteria a idéia de que Santa Cruz do Sul deveria apresentar condições de vida superiores as de Cachoeira do Sul.

Conforme o Perfil Municipal apresentado pelo Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil¹³, Cachoeira do Sul é um município que tem como renda per capita média de R\$289,10. No ano 2000 Cachoeira do Sul apresentou como medida no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal 0,788 – mínimo 0, máximo 1. Nesse ritmo de crescimento do IDH-M ela levaria 13,7 anos para chegar ao desenvolvimento humano da cidade de Bento Gonçalves, melhor município gaúcho do Estado nesta marca (0,870). Cachoeira do Sul ocupa a 838ª posição no Brasil e 224ª posição no Rio Grande do Sul no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

Com relação à Santa Cruz do Sul, o Atlas de Desenvolvimento Humano menciona que a renda per capita média no município é de R\$386,2. O Índice de Desenvolvimento Humano em Santa Cruz do Sul é de 0,817 e segundo a proporção de seu crescimento no último período, levaria 6,8 anos para atingir o melhor município gaúcho no Índice de Desenvolvimento Humano – Bento Gonçalves, 0,870. Santa Cruz do Sul ocupa a 263ª posição no ranking brasileiro do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e a 88ª no ranking gaúcho.

A medida do IDH-M varia de 0 a 1, sendo considerados *municípios de médio desenvolvimento humano*¹⁴ aqueles que apresentam medida entre 0,5 e 0,8. Os municípios que atingem medidas acima de 0,8 são considerados *municípios de alto desenvolvimento humano*¹⁵. Os municípios contexto de nossa pesquisa distinguem-se nessa classificação sendo que: Cachoeira do Sul é considerado como município de médio desenvolvimento humano, ao passo

¹³ Disponível em <http://www.undp.org.br>.

¹⁴ Grifo nosso.

¹⁵ Grifo nosso.

que Santa Cruz do Sul é considerado como município de alto desenvolvimento humano, conforme o Atlas de Desenvolvimento Humano.

Até aqui, através de nossa comparação, verificamos que existe, em alguma medida, correspondência entre PIB e desenvolvimento humano nos municípios pesquisados, visto que o município de maior Produto Interno Bruto per capita – Santa Cruz do Sul, R\$20.104,00 – se coloca 136 posições à frente do município de menor PIB per capita – Cachoeira do Sul, R\$4.190,00 – no ranking do IDH-M do estado do Rio Grande do Sul.

Contudo, o crescimento econômico não gera automaticamente o bem estar social das populações. Seu impacto vai depender muito do modo como seus frutos são aproveitados. Existem lugares de grande crescimento econômico e muitas desigualdades, e vice-versa (SEN, 2000). Portanto, nem sempre as prioridades do crescimento econômico se aproximam das preocupações em sanar os processos de exclusão social. Sendo assim, o desenvolvimento e a exclusão são processos passíveis de se desenrolarem concomitantemente.

Mesmo nas metrópoles, espaços em que o desenvolvimento capitalista deitou raízes de forma mais clara, os múltiplos aspectos da exclusão se mostraram assustadores [...] Em outras palavras, mesmo onde o capitalismo mais avançou na segunda metade do século XX, a exclusão social se fez cada vez mais presente [...] (CAMPOS, 2003, p.13).

Além das características já mencionadas, diferenciando-se de forma sucinta o processo de ocupação e, por conseguinte, a conformação histórica dos dois municípios pesquisados, destacamos que o município de Santa Cruz do Sul, situado no centro do Rio Grande do Sul, foi fundado em 1849 com a chegada dos primeiros de imigrantes alemães, e teve em seu início uma agricultura de subsistência e evoluiu para produção e exportação de excedentes de 1860 em diante; despontou como liderança regional e tornou-se centro de acontecimentos políticos, econômicos e sociais. Atualmente as maiores indústrias são as fumageiras, responsáveis pela metade dos empregos da população, depois delas encontram-se os setores da metalurgia e do ramo imobiliário.

O município de Cachoeira do Sul, por sua vez, foi fundado em 1819 com a distribuição de Sesmarias¹⁶. Caracterizada como primeira fase da ocupação do Rio Grande do Sul, a distribuição das Sesmarias foi feita como pagamento a soldados portugueses por serviços prestados à coroa e estes se estabeleceram no RS no século XVI. Este período foi caracterizado pela predominância de grande propriedade (estância de gado). Especificamente em Cachoeira do Sul, em 1753, casais açorianos receberam menores extensões de terra na qual dedicavam-se à agricultura. Nos dias atuais, o município apresenta atividades produtivas centradas na agropecuária, que são a pecuária e o cultivo de arroz.(RAMOS, 1995).

Observamos com isto, que os dois municípios apresentam padrões distintos de relação com a propriedade, onde Santa Cruz do Sul possui como predomínio a pequena propriedade quase simetricamente distribuída nas mãos dos pequenos produtores familiares e em Cachoeira do Sul predominam as grandes extensões de terra nas mãos de uns poucos fazendeiros. Acreditamos que os padrões distintos de ocupação e, a conseqüente relação com a propriedade possam ter influenciado os diferentes padrões de organização social e de desenvolvimento. (RAMOS, 1995).

Alguns reflexos das diferenças – demográficas, econômicas, sociais e históricas – até aqui mencionadas, já podem ser vistos, mesmo antes da análise dos dados coletados a partir dos questionários. Eles começam a aparecer já entre as instituições penais onde a pesquisa foi realizada. Dados preliminares¹⁷ mostraram que o Presídio Regional de Santa Cruz do Sul abrigava, no período de realização da pesquisa – março a junho de 2004 – cerca de 254 apenados¹⁸, sendo 40,94% destes, eram naturais da cidade de Santa Cruz; enquanto no Presídio Estadual de Cachoeira do Sul, encontravam-se cumprindo pena cerca de 125¹⁹ apenados, e destes, 76% eram nascidos nesta cidade.

¹⁶ Extensões de terra distribuídas inicialmente a pessoas com influência perante a Coroa Portuguesa (séc.XVI e XVII)

¹⁷ Estes dados foram coletados por nós através de pesquisa aos arquivos das duas instituições, antes de serem aplicados os questionários, para efeito de seleção dos sujeitos a serem pesquisados.

¹⁸ Esse número não é exato em virtude da margem de flutuação dessa população, podendo em alguns momentos durante a pesquisa este número ter estado além ou aquém do número apontado.

¹⁹ Idem à nota anterior.

Ou seja, esse dado demonstra inicialmente que, a percentagem de cachoeirenses do presídio de Cachoeira do Sul seria quase duas vezes maior do que a percentagem da população carcerária de origem santacruzense abrigada no presídio de Santa Cruz, como demonstra a tabela:

TABELA 1 – PRESÍDIOS E POPULAÇÕES PESQUISADAS

	Santa Cruz do Sul	Cachoeira do Sul
capacidade de apenados do presídio	168	65
número aproximado de apenados no presídio no período da pesquisa	254	125
número de apenados naturais do município	104	95
percentagem de apenados do município no presídio	40,94%	76%

FONTE: criada pela autora a partir do software SPSS

Entretanto, deve-se considerar que o número total de apenados relaciona-se mais à capacidade das penitenciárias e suas características particulares como: serem penitenciárias regionais, ou penitenciárias estaduais; Então, o dado mais claro para nós é que: eram 104 apenados santacruzenses e 95 apenados cachoeirenses.

Além disso, dados da Secretaria de Justiça e Segurança do Rio Grande do Sul (2001) demonstravam a diversidade dos números de delitos entre um município e outro, pois naquele ano, o município de Santa Cruz do Sul registrou 12 homicídios e 313 roubos ao passo que, o município de Cachoeira do Sul registrou apenas 4 homicídios e 125 roubos. Mas levando-se em conta a diferença populacional entre os mesmos, pode-se calcular que Santa Cruz do Sul apresentava 0,11 homicídios e 2,9 roubos por 1000 habitantes, contra 0,04 homicídios e 1,4 roubos por 1000 habitantes em Cachoeira do Sul.

No intuito de seguirmos investigando as diferenças entre os dois contextos, tivemos a pretensão de realizar um censo com as duas populações carcerárias, entretanto, houve apenados nos dois municípios que se negaram a responder o questionário ou que se encontravam no

presídio somente em horários incompatíveis aos horários da pesquisa. Estes últimos devido ao regime semi-aberto, somente passavam a noite na penitenciária. Devido a estes inconvenientes, as populações entrevistadas, conforme já mencionado, foram reduzidas, para 86 santacruzenses e 70 cachoeirenses.

A percentagem pesquisada fica dividida entre 44,9% de respondentes cachoeirenses, e 55,1% de respondentes santacruzenses, conforme ilustra a tabela de freqüências a seguir:

TABELA 2 – NATURALIDADE DOS PESQUISADOS

		Freqüência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Válidos	Cachoeira do Sul	70	44,9	44,9	44,9
	Santa Cruz do Sul	86	55,1	55,1	100,0
	Total	156	100,0	100,0	

FONTE: criada pela autora a partir do software SPSS.

Além disso, mais algumas diferenças institucionais devem ser mencionadas para contextualização da pesquisa, a saber: sendo a capacidade oficial do Presídio Regional de Santa Cruz do Sul para 168 apenados, este se encontrava com 56 apenados a mais do que a capacidade prevista, no momento da realização da pesquisa; em Cachoeira do Sul, a capacidade oficial do Presídio é de 68 apenados, e foi verificado que no momento da realização da pesquisa, este comportava 60 apenados a mais do que a capacidade oficial.

A capacidade dos presídios, influencia no *modus operandi* das duas instituições, que assumem particularidades frente a isso. Essas particularidades podem diferenciar os perfis da população para além das diferenças municipais observadas pela pesquisa, na medida em que, as diferenças de perfil podem não ter sido ocasionadas somente pelas diferenças entre os municípios, mas também por diferenças institucionais, que nem sempre dependem do contexto municipal. A saber:

- a) em Santa Cruz do Sul, as normas de conduta tendem a ser mais rígidas, tendo estado os 86 entrevistados algemados durante todo o tempo da aplicação dos questionários.

- b) em Cachoeira do Sul, não houve nenhum tipo de contenção física utilizada durante aplicação dos questionários.
- c) em Cachoeira do Sul o tamanho do presídio, a disposição física dos apenados nas celas e durante os seus deslocamentos proporcionam uma maior proximidade entre apenados, agentes e autoridades administrativas da mesma, ao contrário do que ocorre em Santa Cruz do Sul.

As particularidades descritas são mencionadas por influenciarem na pesquisa, na medida em que, afetam por exemplo, o acesso dos apenados à requisição de direitos, e a exposição de queixas. Isso pode colaborar na diferenciação de perfis pois, se uma instituição possui menor número de apenados, os serviços de acesso a auxílio prisional, por exemplo, podem ter mais agilidade, e isso afetando a média de renda. Já que, recebendo o salário mínimo referente ao auxílio prisional o perfil da renda familiar do respondente se modifica.

Essa mudança no perfil da renda familiar pode ser erroneamente atribuída somente ao desenvolvimento sócio-econômico do município, quando ela sofre influência também, da facilidade ou dificuldade que tem as instituições no encaminhamento dos direitos dos apenados. Em que pese o fato de que essas facilidades ou dificuldades de articulação das instituições poderiam estar relacionadas ao seu contexto de desenvolvimento, elas também se relacionam às políticas estaduais de segurança pública e assistência. Assim sendo, como as instituições não eram nosso objeto de pesquisa, não tomamos essa questão como tema de análise. Entretanto não podíamos nos furtar de mencionar esta possível influência.

Diante das diferenças de contextos de pesquisa mencionadas nesta sessão, passamos agora a uma descrição das populações carcerárias pesquisadas diante das diferenças econômicas de seus municípios de proveniência.

1.2. As características sócio-econômicas dos apenados de Cachoeira do Sul e Santa Cruz do Sul: semelhanças e diferenças nos processos de exclusão

Em primeiro lugar, do que estamos falando quando mencionamos conceitos como inclusão e exclusão? Quando nos referimos à população carcerária, podemos adjetivar o conceito de exclusão, no intuito de alcançar as dimensões que ele engloba nesse caso. Por exemplo: a população carcerária encontra-se excluída do convívio social, do mercado de trabalho, das relações familiares e da participação política pelo voto. A exclusão da população carcerária é inquestionável.

E o conceito de exclusão sempre que adjetivado e tomado, não como estático, mas como processual, tende a ficar mais claro, posto que

[...] a exclusão social somente pode ser entendida a partir de uma compreensão da dinâmica geradora de excluídos sociais, de *desestabilização dos estáveis* que traz para parcelas crescentes da sociedade brasileira sua *instalação de precariedade*. Desta forma, ao conjunto dos tradicionais *despossuídos* do passado, agora se junta uma legião de *deserdados*²⁰ [...] (CAMPOS, 2003, p.54).

O cárcere parece ser, a eclosão de “[...] todo o processo policial/judicial que culmina na prisão [e]²¹ é, em certo sentido, um longo ritual rigidamente estruturado de [...] exclusão física. A rejeição e a exclusão são humilhantes e pretendem isso. Visam fazer o rejeitado/excluído aceitar sua imperfeição e inferioridade social” (BAUMAN, 1999, p.134). Logo, a prisão torna-se um escoadouro dos rejeitos sociais.

Aqueles a quem se reserva a pena de privação de liberdade, representam os rejeitados e excluídos de nossas possibilidades econômicas e sociais. “A prisão, porém, significa não apenas a imobilização, mas também a expulsão [...] uma prolongada e talvez permanente exclusão [...].” (BAUMAN, 1999, p.130).

Além disso, nossas estratégias de desenvolvimento têm sido cúmplices da perpetuação dos processos de exclusão, se não que os próprios motores de sua promoção. Como o

²⁰ Grifos do autor.

²¹ A intervenção entre colchetes é nossa.

desenvolvimento é um processo construído por nós, fica claro que nós o organizamos de forma a não priorizarmos a qualidade de vida e o bem estar de todos de forma igualitária (SEN, 2000).

Diante disto, passamos a descrever que características – perceptíveis através dos perfis sócio-econômicos das populações carcerárias de Cachoeira do Sul e Santa Cruz do Sul – assumem os processos excludentes nos diferentes contextos de desenvolvimento econômico já apresentados anteriormente.

O primeiro dado colhido, refere-se à idade da população pesquisada. Como indicado na tabela a seguir, a maioria da população carcerária dos dois municípios tem entre 18 e 25 anos, ficando essa percentagem em 36,5% frente ao total da população carcerária respondente. A média de idade entre os apenados é de 30,2 anos. A idade que mais se repete - a moda - é de 25 anos. Veja a tabela:

TABELA 3 – DISTRIBUIÇÃO DOS RESPONDENTES POR FAIXAS DE IDADE

		Frequência	Percentual	Percentual Acumulado
Válidos	18 a 25 anos	57	36,5	36,5
	26 a 33 anos	53	34,0	70,5
	34 a 41 anos	23	14,7	85,3
	42 a 49 anos	15	9,6	94,9
	50 anos em diante	8	5,1	100,0
	Total	156	100,0	

FONTE: criada pela autora a partir do software SPSS.

A idade pode ser um dado importante na predição da construção de carreiras delitivas. Existe uma relação encontrada entre a reincidência no Rio Grande do Sul, e a idade em que os apenados cumpriram sua primeira pena (SCHABBACH, 1999, p.229). Essa relação não pôde ser confirmada em nossa pesquisa porque não dispomos do dado que indica a idade da primeira vez em que o pesquisado foi preso. Entretanto, verificamos conforme a tabela acima, que a maior percentagem de apenados se concentra, justamente, na primeira, ou mais precoce, faixa de idade – entre 18 e 25 anos.

Comparando-se os dois municípios, não foi encontrada diferença estatisticamente significativa entre as médias²² de idades das populações carcerárias, bem como, não foi encontrada diferença estatisticamente significativa²³ entre as percentagens nas faixas de idade dos apenados de Cachoeira do Sul e Santa Cruz do Sul. As duas cidades apresentaram a seguinte distribuição de apenados respondentes por faixas de idade:

TABELA 4 – DISTRIBUIÇÃO DOS RESPONDENTES POR FAIXAS DE IDADE EM CADA MUNICÍPIO

		naturalidade		Total
		Cachoeira do Sul	Santa Cruz do Sul	
categorias de idade	18 a 25 anos	31 44,3%	26 30,2%	57 36,5%
	26 a 33 anos	20 28,6%	33 38,4%	53 34,0%
	34 a 41 anos	6 8,6%	17 19,8%	23 14,7%
	42 a 49 anos	9 12,9%	6 7,0%	15 9,6%
	50 anos em diante	4 5,7%	4 4,7%	8 5,1%
Total		70 100,0%	86 100,0%	156 100,0%

FONTE: criada pela autora a partir do software SPSS.

Quanto à juventude da população carcerária podemos afirmar que “[...] a exclusão do mercado de trabalho e a dificuldade de acesso a uma série de benefícios sociais convivem com uma integração cultural pela qual os jovens são mobilizados por aspirações de consumo e desejos de reconhecimento social.” (QUIROGA, 2000, p.227). O desejo socializado de reconhecimento, inúmeras vezes, não condiz com as possibilidades mal distribuídas de realização.

A exclusão pela prisão pode estar ligada à elevação do consumo, onde um padrão elevado de estilo de vida é veiculado e uma massa de pessoas não pode atingi-lo. É o que também pensa

²² Testada pelo teste t de diferenças de médias com sig. $P=0,939 > 0,05$.

²³ Testada pelo teste qui-quadrado com sig. $P=0,094 > 0,05$.

Tavares dos Santos (2002), mencionando esse território entre o desejo de consumo e as possibilidades, como um território onde se inflam expectativas idênticas um grande número de pessoas, dentre as quais, pouquíssimas terão a chance de realizá-las. Isso faz com que se criem atalhos, nem sempre legais, para o atendimento dos desejos.

Acrescente-se a isso, que os fracassos, são sentidos como incapacidades individuais, quando na realidade, existe em nossa forma de organização social, um vácuo entre o desejo do sucesso, e a possibilidade de alcançá-lo. Esse fracasso é de todos nós. É sobre este vácuo, entre o estilo de vida veiculado e a possibilidade de alcançá-lo, que se semeia um vasto campo para a violência e a criminalidade, outras duas formas de exclusão.

De um lado, a cultura consumista da modernidade termina por engolir tudo, em sentido figurado, potencializando as aspirações de inclusão social pelo consumo (ter), e, de outro, as expectativas esvaziadas por conta da desigualdade econômica e de baixa generalização de oportunidades (ser). Na sociedade de mercado, a insegurança material mantém-se permanente, ainda que a inclusão proporcionada pela cultura individualista do consumo seja acompanhada da exclusão gerada por privações relativas e insegurança social. (CAMPOS, 2003, p.31).

No intuito de descobrir se atribuíam a si mesmos ou a causas externas as idas para o cárcere, como um termômetro para verificar a presença ou não de uma noção, por parte dos sujeitos, de que estão inseridos em um contexto maior que pode ser, muitas vezes, determinante de sua condição, perguntamos a percepção dos apenados sobre os motivos que eles pensam ter influenciado ou determinado a sua condição atual – o cárcere. Entre os motivos alegados estão os seguintes:

FONTE: Gráfico criado pela autora a partir do software SPSS.

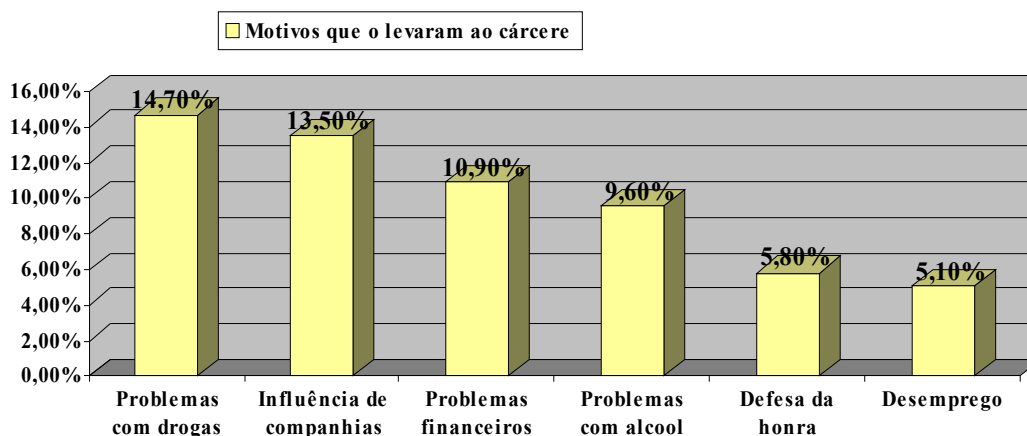


FIGURA 2 – MOTIVOS QUE O LEVARAM AO CÁRCERE

Os problemas citados referem-se em sua maioria as problemáticas social e econômica – desemprego, problemas financeiros – e social de saúde – alcoolismo e drogadição. Mas não sabemos até que ponto as pessoas tem consciência das influências dessas contingências sociais em suas vidas, ou as assumem como um fracasso pessoal.

Comparando-se os municípios quanto a esta variável não encontramos diferença estatisticamente significativa²⁴. Entretanto, podemos elencar as maiores percentagens das duas cidades: em Cachoeira do Sul a percentagem mais alta de respondentes (17,1%) atribui o motivo de estar na prisão aos problemas financeiros, em segundo lugar (14,3%) com a mesma percentagem estão os problemas com drogas e as influências de companhias, e em terceiro (7,1%), também empatados, o desemprego e os problemas com álcool; em Santa Cruz do Sul a percentagem mais alta de respondentes (15,1%) atribui o motivo de estar na prisão aos problemas com drogas, em segundo lugar (12,8%) ficam as influências de companhias, e em terceiro lugar (11,6%) os problemas com álcool.

Podemos ponderar que os problemas financeiros e o desemprego figuram como os mais citados entre os apenados cachoeirenses, o que não ocorre com os apenados santacruzenses. Esse dado pode ser indicativo de uma percepção de que haja maior inserção no mercado de trabalho no município de Santa Cruz do Sul, ou de que os apenados de Cachoeira do Sul possam estar sentindo o desemprego como fator mais presente em sua trajetória.

Além disso, há um fato importante nessa diferenciação nos fatores de atribuição à sua condição de apenados pelas duas populações: enquanto os cachoeirenses incluem fatores externos (financeiros, mercado de trabalho) à sua condição, os santacruzenses culpam a si mesmos, atribuindo sua condição somente a fatores individuais (drogadição, alcoolismo).

Essa interpretação pode ser considerada um erro de atribuição de causalidade, induzido pela lógica do processo de exclusão, que por vezes faz com que os sujeitos tomem para si os fracassos sociais. Tomada essa afirmação como premissa, os cachoeirenses teriam podido fazer uma análise não somente individual de seu aprisionamento, mas social, atribuindo também a responsabilidade de sua situação à lógica econômico-social do seu lugar de origem, enquanto os

²⁴ Testada pelo teste qui-quadrado com sig. $P = 0,616 > 0,05$.

santacruzenses haveriam assumido a responsabilidade pelo aprisionamento como fracasso pessoal, não levando em conta as contingências sociais.

Essa pode ser uma amostra de diferenças no individualismo como uma representação coletiva, um processo ideológico que ocasionado pelo primado do crescimento econômico, instaura entre as pessoas um nível tal de competitividade que o “[...] que se instala é um novo tipo de guerra. O ser humano como isolado e egoísta, tem de competir para sobreviver, de um lado e de outro, para trazer o progresso.” (GUARESCHI, 1999, p.147). Tomando assim, somente para si mesmos tanto o sucesso quanto o fracasso.

Um outro dado que comprova essa diferenciação nas representações coletivas dos apenados nos dois municípios com contextos econômicos diferenciados, é o nível de integração medido pela participação na vida associativa²⁵ antes de entrar na prisão, a saber:

TABELA 5 – NÍVEIS DE INTEGRAÇÃO

	naturalidade	N	Média	Desvio Padrão
Integração social (0 a 60)	Cachoeira do Sul	69	15,48	7,13
	Santa Cruz do Sul	85	12,35	7,99

FONTE: criada pela autora a partir do software SPSS.

Apesar dos níveis de integração social da população pesquisada apresentarem-se bastante baixos, com uma média de 13 pontos numa medida que vai de 0 a 60, houve diferença estatisticamente significativa²⁶ entre os dois municípios pesquisados, favorecendo o município de Cachoeira do Sul, conforme já vínhamos discutindo. Essa integração mais precária percebida pelos apenados santacruzenses pode ser um indício de que não existe para essa população, dentro da competição acirrada pelo crescimento econômico do lugar de origem, espaço para o acolhimento, o pertencimento ou para as redes sociais de apoio. Posto que, em um lugar de

²⁵ A escala de integração foi criada somando-se as questões 55.1 à 55.10 e 57.1 à 57.5, as quais formam escala de tipo Likert, com opções de resposta de 0 = nunca, até 4= sempre.

²⁶ Testada pelo teste t de diferença de médias com sig. 0,01 < 0,05.

elevado crescimento econômico: “[...] legitima-se quem vence, degrada-se o vencido, o excluído.” (GUARESCHI, 1999, 154).

Assim, a individualização gerada pela competitividade econômica pode consumir com a visão do todo, gerando “[...] a atribuição do sucesso e do fracasso a pessoas particulares, esquecendo-se das causalidades históricas e sociais [...] As pessoas são, individualmente, responsabilizadas, por uma situação econômica adversa e injusta.” (GUARESCHI, 1999, p.150).

Ou seja, podemos supor que em contextos economicamente mais favorecidos, haja em populações excluídas como a nossa população de pesquisa, uma tendência a considerar vitórias e derrotas como decorrentes mais de fatores individuais do que de fatores estruturais, como constatamos para o caso de Santa Cruz do Sul. Como forma de irmos mais adiante nas informações sobre as diferenças dos mercados de trabalho nos dois municípios, partimos então, para dados sobre seguridade social e de categorias ocupacionais dos apenados antes do cárcere.

Com respeito à seguridade social dos apenados pesquisados, utilizamos como dado a contribuição para previdência social – representada aqui pela *carteira de trabalho assinada*²⁷ e pelo período médio de tempo dos vínculos empregatícios. Esse dado tem relevância sobre outras variáveis da pesquisa. A carteira de trabalho assinada, em alguns casos, influencia no fator renda familiar atual, posto que, se o apenado estiver recolhendo INSS, pelo período de um ano ininterrupto à ocasião de sua prisão, terá direito a um auxílio prisional – cerca de um salário mínimo que ele ou sua família, no caso de ter filhos menores, recebem – durante o período em que ficar preso. Esse auxílio tem como objetivo suprir a sua impossibilidade de prover o sustento da família.

A população pesquisada, em sua totalidade, apresentou uma percentagem relativamente alta de respostas indicando já ter tido sua carteira de trabalho assinada (69,2%), como indicado no gráfico a seguir. Mariño (2002) menciona que a percentagem média dos apenados no Rio Grande do Sul que contribuem para previdência é de 11%. A discrepância entre a percentagem dos respondentes de nossa pesquisa que tiveram seguridade social em algum período, e a

²⁷ O termo *carteira de trabalho assinada* é o nome que damos a variável emprego com seguridade social, ou contribuição para a previdência social.

percentagem dos que efetivamente contribuem no Rio Grande do Sul, denota a impossibilidade de persistência na manutenção da seguridade social desta população. Ou seja, podemos considerar que: 69,2% já contribuíram em algum período, mas desse montante, enquanto apenas 11% dos apenados conseguem persistir nessa contribuição.

FONTE: Figura criada pela autora a partir do software SPSS.

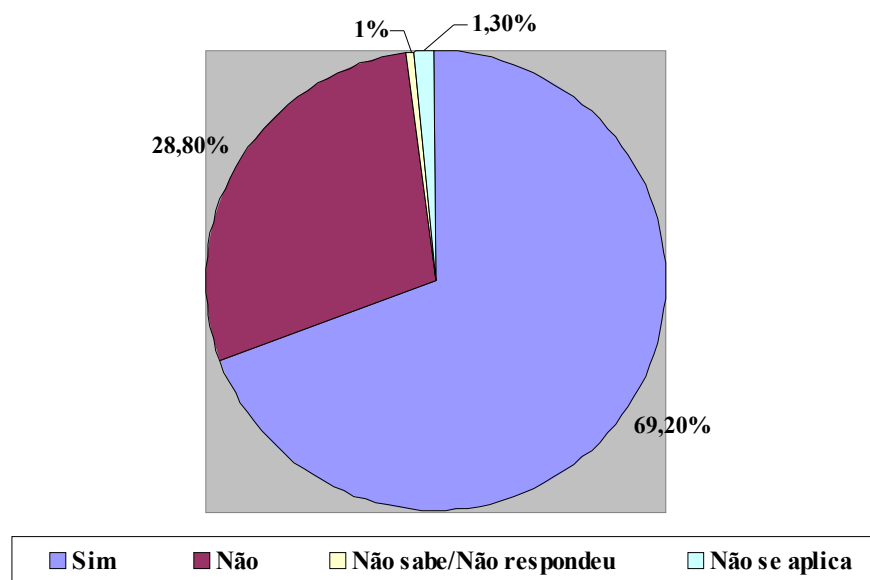


FIGURA 3 – JÁ TEVE CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA

Além disso, entram nessa percentagem (69,2%) quaisquer medidas de tempo de carteira assinada que o apenado tenha tido em determinado momento, variando de um mês a 35 anos de contribuição. Via de regra, uma grande percentagem tem carteira assinada, por curtos períodos de tempo, sendo que 44,8% da população carcerária pesquisada teve assinada sua carteira por até 4 anos. Posto que a média de idade dos apenados é de trinta anos, e que poderiam estar trabalhando desde os 18 anos, esses quatro anos não passam de um terço da vida útil de trabalho dessas pessoas. “Assim, para a grande parte da população trabalhadora [...] o trabalho assalariado, os direitos e a proteção social não se configuram como horizonte histórico nem como a realidade de vida.” (QUIROGA & FAUSTO NETO, 2000, p.230).

Em que pese o fato de não ter havido diferença estatisticamente significativa²⁸ na distribuição entre as categorias de tempo de carteira assinada nos municípios pesquisados, ela está ilustrada na tabela a seguir, que mostra que as maiores concentrações de respondentes dos dois municípios se situam em até 8 anos de carteira de trabalho assinada. Ou seja, a percepção do desemprego mencionada somente pelos cachoeirenses como sendo responsável pelo aprisionamento não é retificada pela diferença na variável tempo de carteira assinada nos dois municípios, que se apresenta de forma semelhante nos dois municípios pesquisados.

TABELA 6 – CATEGORIAS DE TEMPO DE CARTEIRA ASSINADA NOS DOIS MUNICÍPIOS

		naturalidade		Total
		Cachoeira do Sul	Santa Cruz do Sul	
Tempo de carteira assinada por categorias de tempo	até um ano	3 7,5%	3 5,4%	6 6,3%
	de 1 ano a 4 anos	20 50,0%	17 30,4%	37 38,5%
	de 5 anos a 8 anos	8 20,0%	13 23,2%	21 21,9%
	de 9 anos a 12 anos	1 2,5%	6 10,7%	7 7,3%
	de 13 a 16 anos	1 2,5%	6 10,7%	7 7,3%
	de 17 a 20 anos	3 7,5%	1 1,8%	4 4,2%
	de 20 anos em diante	4 10,0%	10 17,9%	14 14,6%
	Total	40 100,0%	56 100,0%	96 100,0%

FONTE: criada pela autora a partir do software SPSS.

Outro fator que também havia sido citado pelos cachoeirenses como determinante do seu ingresso na prisão seria a variável financeira. Como principal indicador da situação econômica temos a renda familiar. No caso da população pesquisada, a renda flutua entre zero e dois mil reais, sendo este último valor um caso isolado dentro da pesquisa. Essa distribuição apresentou

²⁸ Testada pelo teste qui-quadrado com sig. $P = 0,135 > 0,05$, observando-se as limitações deste teste em função de células com poucos casos ou células vazias.

diferença estatisticamente significativa²⁹ entre os dois municípios de pesquisa e pode ser observada na tabela a seguir:

TABELA 7 – RENDA FAMILIAR POR CATEGORIAS NOS DOIS MUNICÍPIOS

		naturalidade		
		Cachoeira do Sul	Santa Cruz do Sul	Total
Renda familiar por categorias	renda zero	18 25,7%	39 45,3%	57 36,5%
	renda até R\$240	27 38,6%	27 31,4%	54 34,6%
	renda acima de R\$240 e até R\$400	2 2,9%	5 5,8%	7 4,5%
	renda acima de R\$400 e até R\$600	7 10,0%	8 9,3%	15 9,6%
	renda acima de R\$600 e até R\$800	7 10,0%	3 3,5%	10 6,4%
	renda acima de R\$800 e até R\$1000	6 8,6%		6 3,8%
	renda acima de R\$1000	3 4,3%	4 4,7%	7 4,5%
	Total	70 100,0%	86 100,0%	156 100,0%

FONTE: criada pela autora a partir do software SPSS.

O valor que mais apareceu (a moda) é de **zero** reais, resposta de 57 pessoas, que representam 36,5% da população pesquisada, que não conta com nenhuma renda para o sustento de si ou de sua família. E ainda, 73,5% dessa população possuía renda de somente até um salário mínimo. Além disso, houve diferença significativa³⁰ entre as médias de renda de Cachoeira do Sul (R\$320,90) e Santa Cruz do Sul (R\$207,20), conforme demonstra a tabela a seguir:

²⁹ Testada pelo teste qui-quadrado com sig. $P = 0,018 < 0,05$.

³⁰ Testada pelo teste t de diferenças de médias com sig. $0,034 < 0,05$.

TABELA 8 – MÉDIA DE RENDA FAMILIAR NOS DOIS MUNICÍPIOS

	naturalidade	N	Média	Desvio Padrão
Renda familiar	Cachoeira do Sul	67	320,90	310,95
	Santa Cruz do Sul	84	207,20	341,85

FONTE: criada pela autora a partir do software SPSS.

Não podemos deixar de observar que a média de renda geral dos apenados é de R\$257,65, sendo inferior ao salário mínimo nacional – R\$260,00. Havendo ainda, uma inversão nos valores das médias de rendas dos dois municípios com relação à renda per capita referida pelo Atlas de Desenvolvimento Humano Municipal, pois segundo o Atlas, Santa Cruz do Sul tem renda per capita de R\$386,20 e Cachoeira do Sul tem renda per capita de R\$289,10. Ou seja, esta população possui características diferenciadas frente às médias de rendas dos municípios, já que invertem as médias de renda da população geral. Não esquecendo, que:

Ainda que se destaque a influência da prisão na reprodução da delinquência [...], a prisão, por si só, não explica a construção de carreiras delitivas. Outro elemento importante é a história de vida [...] da população carcerária em geral, cujos determinantes econômicos sociais – baixa escolaridade, pouca qualificação profissional, pobreza, juventude – sugerem que a vida do crime, e sua permanência nela, torna-se muitas vezes uma estratégia de sobrevivência pessoal, familiar ou grupal. (SCHABBACH, 1999, P. 226).

Contudo, Mariño (2002) alerta para os riscos de uma interpretação economicista da criminalidade, argumentando que apesar da facilidade de identificação e de operacionalização dessa variável, o fator econômico não pode ser considerado como o mais importante. E esse também não é nosso intuito, posto que não analisamos o fator econômico individual dos sujeitos como responsável por sua situação, mas como indicativo do processo de exclusão.

O fator financeiro percebido pelos apenados cachoeirenses como influente na trajetória que os levou ao cárcere, não se demonstrou empiricamente como desfavorável a esse município, comparando-se os dois contextos de pesquisa. Apesar das médias de renda familiar serem baixas nos dois municípios, a de Cachoeira do Sul é mais alta do que a de Santa Cruz do Sul, podendo indicar maior chances de inserção econômica.

Contudo, os dados observados, ou empíricos, nem sempre são condizentes com a percepção, ou os indicadores subjetivos. Os apenados cachoeirenses, apesar de apresentarem maior média de renda, percebem os problemas financeiros influentes na trajetória que os conduziu ao cárcere, enquanto os santacruzenses, apesar de apresentarem menor média de renda, não mencionam esse fator como influente em sua trajetória.

A percepção da renda como influência na trajetória que leva ao cárcere pode se tornar relativa, visto que, as dimensões de necessidades e de inclusão que a variável renda engloba, referem-se não somente ao sustento, podendo haver sentimento de exclusão em qual quer faixa de renda (DUPAS, 2001).

Isto reflete o uso do termo em uma multiplicidade de acepções, podendo significar desde estar excluído da possibilidade de garantir sobrevivência física, até um sentimento subjetivo de ressentimento por não desfrutar de bens, capacidades ou oportunidades que outros indivíduos desfrutam. (DUPAS, 2001, p.22).

Ainda com relação aos perfis, temos a escolaridade, importante instrumento de inserção social. Percebemos que na distribuição dos apenados por faixa de escolaridade, a maior percentagem de apenados situa-se na faixa *ensino fundamental incompleto*, representando 69,9% da população carcerária pesquisada. A segunda posição fica com o *ensino fundamental completo* com 12,2%, sendo que a percentagem de *analfabetos* é de 9%. A média de escolaridade da população pesquisada é de 5,33 anos de estudo³¹.

A educação formal, traduzida pelo nível de escolaridade dos sujeitos, é considerada um importante prenúncio da carreira profissional. A média de escolaridade em anos de estudo, da população que respondeu essa pesquisa, não fica distante da média de escolaridade dos chefes de família brasileiros pesquisados por Pastore & Silva (2001), que é de 5,6 anos de estudo, variando conforme a idade.

Convém lembrar, que a educação está intimamente ligada com outros aspectos da vida social, como saúde, rendimento e inclusão social. Sendo assim:

Las políticas de desarrollo productivo están íntimamente ligadas a las de educación y formación profesional, y justamente la depreciación de la calidad educativa y la expansión asimétrica de los sistemas de educación incrementan el riesgo social [...] (SOJO, 2003, p.125).

³¹ A variável escolaridade será melhor analisada no capítulo referente a mobilidade social.

Associada a média de escolaridade, podemos observar que a média de idade em que essa população começa a trabalhar é de 14,53 anos. No Brasil o trabalho precoce parece ser uma norma.

Nas sociedades mais avançadas, a entrada no mercado de trabalho costuma ocorrer depois dos 18 anos. Nas sociedades menos desenvolvidas, porém esta entrada é muito mais precoce. Uma parte da população interrompe a escola para começar a trabalhar. Outra continua estudando enquanto trabalha. (PASTORE & SILVA, 2000, p.35).

Diante da afirmação de Pastore & Silva (2000) podemos considerar a precocidade do mercado de trabalho como um indicativo do nível de desenvolvimento. Posto isso, comparando-se os dois contextos de pesquisa, percebemos que apesar dos municípios apresentarem distintos indicadores de crescimento econômico, essa disparidade não se reflete em uma diferenciação entre as médias de idade de entrada no mercado de trabalho entre os apenas pesquisados. A diferença entre as médias de idade de ingresso no mercado de trabalho entre os dois municípios não foi estatisticamente significativa³², a seguir a tabela demonstrativa das médias:

TABELA 9 – MÉDIA DE IDADE DA PRIMEIRA OCUPAÇÃO PROFISSIONAL

	naturalidade	N	Média	Desvio Padrão
Com que idade	Cachoeira do Sul	65	14,49	3,04
começou a trabalhar	Santa Cruz do Sul	84	14,56	3,25

FONTE: criada pela autora a partir do software SPSS.

O ingresso do indivíduo no mercado de trabalho pode determinar suas possibilidades sócio-econômicas. Entretanto, “[...] a falta de horizontes profissionais, as altas taxas de desemprego juvenil, a falta de equipamentos sócio-culturais [...] têm alimentado os fantasmas da marginalidade, da delinquência [...]” (QUIROGA, 2000, P.221).

O desemprego e a precarização das formas de inserção do cidadão no mercado de trabalho são as fontes modernas de geração de exclusão, tendo como subproduto a explosão da violência urbana e a vulnerabilidade juvenil, acentuadas pela maior flexibilidade ocupacional e dos níveis de renda. (CAMPOS, 2003, p. 49).

³² Testado pelo teste t de diferenças de médias com sig. 0,419 > 0,05.

E ainda com relação às idades da primeira ocupação profissional, nas “[...] estimativas também para zonas rurais e urbanas, observa-se uma [...] ampliação das diferenças”. (PASTORE & SILVA, 2000,p.37). Em nossa população de pesquisa, os apenados de origem urbana começaram a trabalhar com 14,83 anos em média, enquanto os apenados de origem rural iniciaram o trabalho um pouco mais cedo, em média 13,98 anos, apesar desta diferença não ter sido estatisticamente significativa³³.

Para finalizarmos a descrição geral dos perfis das populações pesquisadas encontramos ainda as seguintes características: 99,4% dos apenados dos dois municípios são do sexo masculino, sendo que apenas 0,06% do sexo feminino; 43,6% dos apenados são solteiros; e 60,3% possuíam filhos, sendo que destes 55,9% possuíam proles de até dois filhos. Além disso, 37,8% haviam tido como última profissão antes do cárcere a de *industrialário* – categoria profissional que engloba ocupações como operador de máquina, operário e auxiliar de produção.

Os apenados dos dois municípios foram acusados ou condenados em sua maioria por crimes como furto, roubo e assalto, totalizando estes, 42,2% dos casos. A seguir encontra-se o tráfico, com 16%. Além disso, como característica geral, encontramos 50% de réus primários, um tempo médio de prisão de 2,70 anos, e um tempo médio de pena de 9,92 anos.

Assim, como demonstrado através da população carcerária pesquisada, o processo de exclusão dessa população representa, nos dois contextos de pesquisa, o entrelaçamento de uma diversidade de aspectos como os analisados anteriormente: precocidade da entrada no cárcere, os motivos percebidos como influentes nessa trajetória, escassos tempos de carteira assinada, baixa média de escolaridade, precocidade de entrada no mercado de trabalho e baixas médias de renda.

Além disso, a exclusão pode estar relacionada tanto a privações reais, quanto a sentimentos e percepções de uma cultura que estabelece seus padrões, e pode diferenciar-se de comunidade para comunidade, como ficou demonstrado na questão da renda: o município com menor média de renda – Santa Cruz do Sul - não teve o fator renda mencionado como influente na percepção dos apenados sobre sua condição. O que fica subjacente, seria a idéia de uma

³³ Testado pelo teste t de diferenças de médias com sig. 0,169 >0,05.

multidimensionalidade do conceito, referindo-se tanto a desigualdades econômicas, como políticas, culturais, étnicas, entre outras (DUPAS, 2001).

Verificamos que mesmo que delimitássemos exclusão como um termo que distinguiria o indivíduo que não possui suas necessidades básicas satisfeitas em contraposição aos que possuem, enfrentaríamos a dificuldade de conceituar o que chamamos de *necessidades básicas*³⁴. Concordamos por isso, com a idéia que de qualquer forma que delimitássemos este conceito, incidiríamos em arbitrariedades. Pois, quando tratado por alguém que o observa de fora, não são as pessoas que se intitulam excluídas, mas alguém que as conceitua como tal (DUPAS, 2001).

Contudo, contar com as trajetórias dos apenados, sua percepção sobre o processo de exclusão, nos propiciou investigar um aspecto preponderante da relação entre o crescimento econômico e a exclusão: o paralelismo. Já que, mesmo com municípios tão discrepantes economicamente, não existem diferenças estatisticamente significativas entre os dois municípios com relação a: precocidade na idade da população carcerária, os tempos de carteira assinada, e as médias de idade de ingresso no mercado de trabalho.

As diferenças estatisticamente significativas encontram-se na média de renda dos apenados nos dois municípios e na percepção dos motivos que levam os respondentes ao cárcere. Sendo que a diferença de renda entre os apenados nos dois contextos ocorre em favor do município menos favorecido economicamente – Cachoeira do Sul.

³⁴ Grifo nosso.

2. A DISPARIDADE ECONÔMICA E A MOBILIDADE SOCIAL

Este capítulo trata da diferenciação entre as características de mobilidade social dos apenados – de Cachoeira do Sul e Santa Cruz do Sul – e das percepções sobre suas vidas frente às discrepâncias econômicas dos municípios pesquisados. Para a descrição dessas diferenças e percepções foram analisadas a mobilidade social observada e a mobilidade social percebida, ou a avaliação dos respondentes sobre sua posição social (SCALON, 2004). “Em qualquer caso, as análises de mobilidade buscam mensurar o grau de fluidez da estrutura social, bem como identificar os padrões e a movimentação envolvidos na distribuição e redistribuição de atributos específicos.” (SCALON, 1999, p.18)

A percepção é preponderante em uma análise da mobilidade social, porque para nós faz sentido “[...] a idéia de que as imagens que os indivíduos têm da sociedade desempenhem um papel tão ou mais relevante em suas opiniões políticas e sociais do que o lugar que realmente ocupam nesta sociedade e a sua origem social.” (COSTA RIBEIRO, 2004, p.215). Então, buscamos saber em que medida os apenados de cada município percebem-se fazendo parte ou não, incluídos ou excluídos das possibilidades sócio-econômicas oferecidas pelas duas realidades.

Nossa perspectiva de investigação, neste tópico, é semelhante a da pesquisa de Scalon (2004). Esta autora buscou a percepção dos sujeitos acerca da desigualdade social do país. Entretanto, nós ao invés de buscarmos investigar a *percepção sobre a desigualdade*, buscamos investigar a mobilidade social observada e a percepção de dois grupos semelhantes – as populações carcerárias de Cachoeira do Sul e Santa Cruz do Sul – acerca de si mesmos diante da desigualdade presente nos contextos sócio-econômicos dos municípios a que os pesquisados pertencem.

Considerando para isto, que o estudo e a produção intelectual acerca da mobilidade social tem tomado proporções importantes na contemporaneidade, e essa produção é orientada “[...] para o problema da desigualdade e de sua transmissão entre gerações [...]” busca-se através dele respostas para a forma como as oportunidades são distribuídas na sociedade (PASTORE & SILVA, 2000, p.15).

Uma sociedade pode ser definida como aberta ou fechada, justa ou injusta, igual ou desigual de acordo com o grau de fluidez de sua estrutura de estratificação social, ou seja, de como são distribuídas as oportunidades de alcançar posições sociais (SCALON, 1999, p.18).

Se nos perguntarmos por que o fator ***mobilidade social*** tem preponderância em uma análise do desenvolvimento e da inclusão/ exclusão, a resposta pode ser dada pelo determinismo de seu oposto: a rigidez estrutural, ou imobilidade. Posto que o desenvolvimento é um processo, o engessamento estrutural estanca as possibilidades desse desenvolvimento, que não podem prescindir da flexibilidade. Essa flexibilidade pode ser expressa pela mobilidade social.

A análise da mobilidade social requer uma concepção de espaço social onde se distribuem bens e valores e se definem posições dos atores, e conseqüentemente suas relações. [...] o espaço social não está estático, e é através do estudo da mobilidade que se busca capturar a intensidade e a direção das mudanças, revelando dessa forma como ele é organizado. (SCALON, 1999, p.18).

Encontramos então, algumas variáveis passíveis de auxiliarem na análise da mobilidade social nos dois contextos de pesquisa, a saber: a idade da primeira ocupação profissional; a própria ocupação profissional dos apenados – incluindo desde a primeira ocupação que tiveram na vida, até a última antes de virem para o presídio; a escolaridade; a renda; e se a família do apenado é de origem urbana ou rural como fator influente na renda e na ocupação. Associada às variáveis mencionadas, encontramos dados sobre os pais dos apenados que nos auxiliaram nessa análise, a saber: a ocupação profissional dos pais e a sua escolaridade. A mobilidade social pode então, nos dar indícios sobre a flexibilidade ou engessamento do sistema social de onde emerge o indivíduo.

2.1. Mobilidade Social

Iniciando-se a investigação pela primeira variável citada anteriormente – a idade de entrada no mercado de trabalho – observa-se em revisão de literatura, que ela pode apresentar-se mais tardia ou precoce, dependendo do contexto social do sujeitos. “No Brasil, sempre foi grande o número de pessoas que assumem um papel ativo na força de trabalho familiar antes dos 14 anos. Para a maioria da população, inexistente a passagem marcante da fase de estudos para a fase de trabalho.” (PASTORE & SILVA, 2000, p.35). Em nossa população a média de idade da entrada no mercado de trabalho ficou em 14,53 anos.

Entretanto, para as condições ideais da medida de mobilidade social, através da variável idade da primeira ocupação profissional, precisávamos observar essa variável ao longo do tempo e em sucessivas gerações da mesma família. Não dispomos desses dados, mas buscamos associar à idade da primeira ocupação, outras variáveis presentes na pesquisa que também foram mencionadas por Pastore e Silva (2000), como importantes influências.

Além disso, devido à presença de várias perguntas sobre a ocupação profissional, desde a primeira ocupação, uma profissão intermediária, as últimas profissões exercidas antes do cárcere, a ocupação do cônjuge, da mãe, do pai, dos irmãos, foram elencados pelos respondentes um grande número de ocupações, que atingiu um total de 145. Como as ocupações profissionais são fundamentais a essas associações, e pela impossibilidade de lidarmos quantitativamente com todas as profissões citadas, utilizamos algumas categorias para sua classificação.

Essas categorias foram baseadas na classificação utilizada pelo Núcleo de Pesquisa Social da Universidade de Santa Cruz do Sul, e são elas: 1) agricultor; 2) aposentado; 3) autônomo; 4) comerciário; 5) desempregado; 6) do lar; 7) doméstica; 8) empresário indústria/comércio; 9) estudante; 10) executivo da indústria/comércio; 11) industriário; 12) profissional liberal com curso superior; 13) servidor público sem curso superior; 14) servidor público com curso superior; 15) setor de serviços c/ curso superior; 16) setor de serviços s/curso superior, 17) outros.

Vemos que para observar a mobilidade ocupacional, ou seja, a mobilidade social medida através da possibilidade do indivíduo ascender socialmente através da profissão, podemos classificar as diversas profissões em categorias de acordo com o status profissional ou com a

escolaridade necessária para cada uma delas. Neste trabalho não utilizamos uma hierarquização das profissões, cientes de que:

Não existe uma única classificação ocupacional que possa ser apontada como inerentemente superior às outras. A escolha da classificação depende estritamente dos objetivos específicos da análise proposta, sendo um procedimento não só prático, mas sobretudo, vinculado a considerações teóricas. (PASTORE & SILVA, 2000, p.16).

O agrupamento de dados em categorias menores muitas vezes implica em algum grau de perda de informação. Entretanto, torna a análise mais clara na medida em que tenta evitar células com amostra zero e concentra mais casos por células da tabela (SCALON, 1999). “A perspectiva adotada vê a formação de estratos, ou classes, como resultado de um processo que estabelece chances de vida comuns compartilhadas pelos membros dos grupos.” (p.72).

Diante do já exposto, a primeira associação que buscamos investigar foi entre as categorias (estratos ou classes) de ocupação profissional dos pais, e a variável já mencionada: idade em que o apenado começou a trabalhar. A hipótese é de que: quanto maior o status ocupacional, maior a idade que começa a trabalhar. Essa associação não foi estatisticamente significativa³⁵. Ou seja, não encontramos em nossa população de pesquisa variação nas médias de idade em que os apenados começaram a trabalhar, associada à profissão dos pais do apenado.

Na tabela a seguir, são demonstradas as freqüências da população investigada entre dos 7 e os 23 anos, em faixas de idade:

³⁵ Testada pelo teste ANOVA com sig. 0,117 > 0,05.

TABELA 10 – IDADE DA PRIMEIRA OCUPAÇÃO PROFISSIONAL

		naturalidade		Total	
		Cachoeira do Sul	Santa Cruz do Sul		
Com que idade começou a trabalhar (por categorias)	de 7 até 10 anos	5	12	17	
		7,1%	14,0%	10,9%	
	acima de 10, até 14 anos	29	26	55	
		41,4%	30,2%	35,3%	
	acima de 14, até 18 anos	25	38	63	
		35,7%	44,2%	40,4%	
	acima de 18, até 22 anos	5	8	13	
		7,1%	9,3%	8,3%	
	acima de 22 anos	6	2	8	
		8,6%	2,3%	5,1%	
	Total		70	86	156
			100,0%	100,0%	100,0%

FONTE: criada pela autora a partir do software SPSS.

Conforme demonstram as frequências nas faixas de idade expostas acima, as categorias com maior percentagem são as que englobam as idades entre 10 e 14 anos, e acima de 14 até 18 anos. Em Cachoeira do Sul 41,4% dos apenados começou a trabalhar com idade entre 10 e 14 anos, e 30,2% na faixa acima dos 14 até os 18 anos. Em Santa Cruz do Sul 35,7% dos apenados começou a trabalhar entre os 10 e 14 anos, enquanto 44,2% começaram a trabalhar na faixa acima do 14 até os 18 anos.

Com respeito à precocidade da entrada no mercado de trabalho, foi mencionado por PASTORE & SILVA (2000), que ela poderia estar mais fortemente ligada às populações provenientes do meio rural, entretanto, em nossa população alvo, isso não se confirmou. Não encontramos associação estatisticamente significativa³⁶ entre idade da primeira ocupação profissional e proveniência do meio rural. E especificamente, não encontramos diferença estatisticamente significativa³⁷ entre as médias de idade da entrada no mercado de trabalho dos

³⁶ Testada pelo teste qui-quadrado com sig $P=0,167 > 0,05$.

³⁷ Testada pelo teste t para diferença de médias com sig. $0,169 > 0,05$.

apenados com família de proveniência do meio urbano (14,83 anos de idade) ou de proveniência do meio rural (13,98 anos de idade).

Podemos observar ainda, que em Cachoeira do Sul, 72,9% dos apenados pesquisados provém do meio urbano, contra 25,7% que provém meio rural. Em Santa Cruz do Sul, os apenados pesquisados são 70,9% provenientes da cidade, contra 27,9% provindos do interior ou meio rural. Não houve diferença estatisticamente significativa³⁸ entre os municípios com relação proveniência urbano/rural dos apenados pesquisados.

A precocidade da idade do primeiro trabalho ou o retardo da entrada no mercado de trabalho, pode ser um fator determinante da possibilidade do indivíduo de se dedicar aos estudos durante mais tempo, como pré-requisito para flexibilização de sua posição na hierarquia social, já que, a escolaridade é considerada como um importante instrumento para ascensão social.

Após a associação da profissão à proveniência urbana ou rural, a escolaridade dos pais, que também é apontada pela literatura como tendo uma associação significativa na idade de entrada do filho no mercado de trabalho. Teoricamente há a afirmação de que se comparássemos a entrada no mercado de trabalho de filhos de pais analfabetos ou de pais com cursos superiores, haveria uma diferença em torno de 5 anos para mais, relacionados à escolaridade mais alta (PASTORE & SILVA, 2000).

Cientes de que a população de pesquisa de Pastore & Silva (2000) não é semelhante a nossa, testamos essa hipótese teórica. Realizamos uma correlação de Pearson entre as variáveis: idade de entrada no mercado de trabalho e escolaridade do pai em anos de estudo. A associação foi significativa ($r= 0,312$) porém fraca. Já esperávamos essa resposta devido a pouca variação da escolaridade dos pais em nossa população, o que dificulta uma análise de correlação.

Além da mobilidade ocupacional, pudemos ainda fazer algumas observações acerca da mobilidade educacional, como denota o gráfico do perfil geral de escolaridade dos pesquisados e de suas famílias a seguir:

³⁸ Testada pelo teste qui-quadrado com sig. $P=0,946 > 0,05$.

FONTE: gráfico criado pela autora a partir do software SPSS

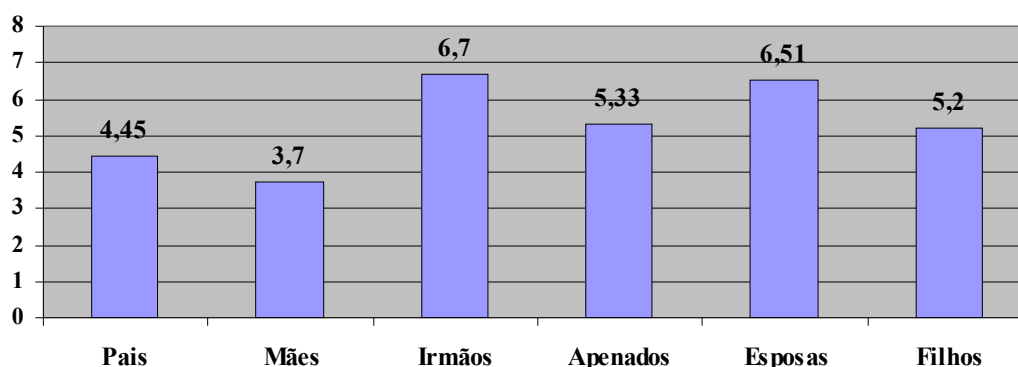


FIGURA 4 – MÉDIAS GERAIS DE ANOS DE ESTUDO

Nossa descoberta, apesar da especificidade da população pesquisada, corrobora com a estatística brasileira mencionada por Pastore & Silva (2000, p.42). “No todo, observa-se que os filhos têm ligeira superioridade educacional em relação aos seus pais, indicando uma mobilidade ascendente [...]”. Isso demonstra um aspecto da mobilidade intergeracional, ou seja, aquela que é medida observando-se a geração do informante e a geração de seus pais.

A escolaridade tem sido usada como um demonstrativo da mobilidade social, porque apesar de não garantir a ascendência do indivíduo na hierarquia social, sem ela essa ascendência torna-se bastante dificultada.

A educação é o mais importante determinante das trajetórias sociais futuras dos brasileiros, importância que vêm crescendo ao longo do tempo. Não é exagero dizer que a educação constitui hoje o determinante central e decisivo do posicionamento sócio-econômico das pessoas na hierarquia social. (PASTORE & SILVA, 2000, p.40).

Entretanto, esse aumento nas médias de escolaridade dos filhos em relação aos pais deve-se também à universalização e a obrigatoriedade do ensino fundamental (de primeira a oitava a série), onde se enquadram todas as médias mencionadas na tabela acima, além do que, em nossa população de pesquisa – os apenados – essa ascendência é muito pequena.

Comparando-se os dois municípios com relação à escolaridade dos apenados encontramos os seguintes dados: Cachoeira do Sul apresenta a percentagem de 7,2% dos seus

apenados analfabetos, 68,1% dos apenados do município tem o ensino fundamental incompleto e 11,6% dos apenados possui ensino fundamental completo. Santa Cruz do Sul apresenta percentagem de 10,5% de analfabetos entre os seus apenados, 72,1% de apenados que possuem o ensino fundamental incompleto, e 11,6% dos seus apenados que possui ensino médio incompleto. Isso está demonstrado na tabela a seguir:

TABELA 11– ESCOLARIDADE DOS APENADOS NOS DOIS MUNICÍPIOS

		naturalidade		
		Cachoeira do Sul	Santa Cruz do Sul	Total
escolaridade adquirida antes de vir para prisão (por categorias)	analfabeto	5 7,2%	9 10,5%	14 9,0%
	fundamental incompleto	47 68,1%	62 72,1%	109 70,3%
	fundamental completo	8 11,6%	11 12,8%	19 12,3%
	ensino médio incompleto	6 8,7%	2 2,3%	8 5,2%
	ensino médio completo	2 2,9%	2 2,3%	4 2,6%
	terceiro grau incompleto	1 1,4%		1 ,6%
Total		69 100,0%	86 100,0%	155 100,0%

FONTE: criada pela autora a partir do software SPSS

As diferenças de escolaridade, em faixas de anos de estudo, entre os municípios não foram estatisticamente significativas³⁹. Testamos também as diferenças de médias de escolaridade dos apenados entre os municípios, já que, enquanto a média de anos de estudo dentro da população carcerária de origem Cachoeirense é de 5,59 anos, na população carcerária Santacruzense ela se apresenta em 5,12 anos de estudo. Entretanto essa diferença também não foi estatisticamente significativa⁴⁰.

³⁹ Testadas pelo teste qui-quadrado com sig. $P = 0,431 > 0,05$.

⁴⁰ Testada pelo teste t de diferença de médias com sig. $0,250 > 0,05$.

Podemos considerar, que contextos tão diferenciados economicamente como os municípios de Cachoeira do Sul e Santa Cruz do Sul, não demonstram essas diferenças nas possibilidades de estudo desta população, caso contrário, Santa Cruz do Sul haveria se destacado com média superior de escolaridade. Além disso, percebe-se que em Cachoeira do Sul a percentagem de apenas analfabetos dentro dessa população é menor (7,2%), e as médias de escolaridade dos apenas (5,59 anos de estudo), dos pais dos apenas (4,49) e das mães dos apenas (4,44) são mais altas. Enquanto Santa Cruz do Sul tem um índice maior de apenas analfabetos de 10,5%.

Contudo, observamos significância estatística⁴¹, na diferença entre os municípios, nas médias de anos de estudo dos pais dos respondentes da pesquisa. Os pais dos apenas cachoeirenses têm em média 4,49 anos de estudo, ao passo que os pais dos apenas santacruzenses possuem em média 4,42 anos de estudo. A médias de anos de estudos dos pais nos permitem observar ainda que, da geração ascendente para descendente houve um aumento nas médias em 1,1 anos de estudo em Cachoeira do Sul, e 0,7 anos de estudo em Santa Cruz do Sul. Essa diferença entre os dois municípios pode indicar que Santa Cruz do Sul, apesar de apresentar melhores condições econômicas, está apresentando defasagem de mobilidade educacional, nessa população, em relação à Cachoeira do Sul.

Com relação à escolaridade das mães dos pesquisados, constatamos que como no caso dos pais, houve diferença estatisticamente significativa⁴² entre os municípios. Notando-se novamente, uma leve mobilidade intergeracional: em Cachoeira do Sul as mães dos apenas têm em média 4,44 anos de estudo, 1,15 anos de estudo a menos dos que seus filhos, ao passo que em Santa Cruz do Sul elas têm em média 2,96 anos de estudo, 2,16 anos de estudo a menos do que seus filhos.

Porém, a ascendência em número de anos de estudo deve ser olhada com prudência. Scalon (1999) argumenta que nem sempre a educação funciona como instrumento para a promoção de igualdades de chances, posto que, o talento individual muitas vezes é limitado pelas possibilidades estruturais, a saber: os níveis de emprego, urbanização e industrialização.

⁴¹ Testada pelo teste t de diferença de médias com sig. 0,001 < 0,05.

⁴² Testada pelo teste t de diferença de médias com sig. 0,027 < 0,05.

Essas diferenças estruturais nos remetem às diferenças de contexto entre os dois municípios. Já que, a estabilidade do crescimento econômico, tende a proporcionar mobilidade (social) de circulação, aquela que depende exclusivamente dos indivíduos, ao passo que sociedades em expansão econômica, ocasionam a mobilidade (social) estrutural, na medida em que criam novos postos de trabalho (SCALON, 1999).

Para tratarmos das possibilidades individuais ou estruturais, convém analisarmos as ocupações profissionais dos apenados pesquisados. Verifica-se que a distribuição dos apenados por categorias profissionais, conforme a classificação que utilizamos, apresenta-se da seguinte forma:

TABELA 12 – PRIMEIRA OCUPAÇÃO PROFISSIONAL DOS APENADOS

		Frequência	Percentual	Percentual Acumulado
Válidos	Agricultor, colono ou peão	14	9,0	9,0
	autônomo	30	19,2	28,2
	empresário indústria/comércio	2	1,3	29,5
	industrial	16	10,3	39,7
	servidor público s/ curso superior	2	1,3	41,0
	setor de serviços s/ curso superior	63	40,4	81,4
	setor de serviços c/ curso superior	1	,6	82,1
	outros	23	14,7	96,8
	não se aplica	5	3,2	100,0
	Total	156	100,0	

FONTE: criada pela autora a partir do software SPSS.

Observou-se que houve associação estatisticamente significativa⁴³, no caso de nossa população de pesquisa, entre a primeira ocupação profissional e a escolaridade, entretanto, isso não se repetiu com relação à última ocupação profissional do apenado. Ou seja, o último extrato

⁴³ Testada pelo teste qui-quadrado com sig. $P = 0,000 < 0,05$.

ocupacional, ou extrato de destino, não está associado à escolaridade de nossos respondentes (SCALON, 1999).

Ainda sobre a ocupação profissional, caso tivéssemos nos baseado na classificação de ocupações profissionais de Pastore e Silva (2000) utilizada para uma população bem mais abrangente – e que portanto não seria indicada para nossa população específica – perceberíamos em nível de curiosidade, que a maioria da nossa população pesquisada ficaria encaixada até a terceira categoria de status mencionada por ele, a saber: estrato ocupacional médio-inferior, composto por trabalhadores qualificados e semiqualificados – pedreiros, marceneiros, carpinteiros, pintores, soldadores, eletricitas – com média de 5,19 anos de estudo. Ou seja, próxima da média de anos de estudo de nossa população que é de 5,33 anos de estudo. Isso nos impediu de fazer análises a partir da classificação hierárquica proposta por este autor, pois não preencheríamos minimamente os outros estratos.

Entretanto, perceber essa particularidade – a diferença entre uma categorização hierárquica e uma categorização não hierárquica - nos ajudou a entender, porque não foi possível encontrarmos significância em algumas associações mencionadas teoricamente como importantes para a mobilidade social, como a relação entre a última ocupação profissional e a escolaridade, por exemplo.

Entre as primeiras ocupações profissionais que o total dos apenados exerceu na vida, a que mais se destacou foi a do *setor de serviços sem curso superior*. Essa categoria engloba: auxiliares de eletricitas, auxiliares de pedreiro, serventes de obra. Em segundo lugar fica a categoria *autônomo*, estrato que representa em sua maioria profissões sem seguridade social como: caminhoneiro, músico, taxista, fotógrafo, pescador, pedreiro. E ainda, na terceira colocação, destacou-se a categoria *outros*, que engloba todas as profissões, as quais os respondentes denominam *biscates*, por exemplo: capinador, jardineiro, lavador de carros, cuidador de carros, panfleteiro, papeleiro, picolezeiro.

As três categorias, citadas anteriormente, possuem em comum a característica do desamparo social.

Embora a informalidade não seja sinônimo de pobreza e subemprego, a grande maioria dos que trabalham no setor informal goza de menos segurança no trabalho e menor renda. Não há dúvida que os melhores postos de trabalho são criados pelo setor formal [...] (PASTORE E SILVA, 2000, p. 9).

Com respeito à última ocupação profissional exercida pela população carcerária, essa classificação modifica-se um pouco. Em primeiro lugar está a categoria *industrialário* que abarca profissões como: auxiliar de produção, operador de máquinas, estoquista, operário, safrista. Em segundo lugar está a categoria *setor de serviços sem curso superior* descrita no parágrafo anterior. Na terceira colocação, apresenta-se a categoria *autônomo*, já comentada anteriormente. A demonstração da distribuição da última profissão encontra-se na tabela a seguir:

TABELA 13– ÚLTIMA OCUPAÇÃO PROFISSIONAL DOS APENADOS

		Frequência	Percentual	Percentual Acumulado
Válidos	Agricultor, colono ou peão	7	4,5	4,9
	autônomo	25	16,0	22,5
	desempregado	2	1,3	23,9
	empresário indústria/comércio	3	1,9	26,1
	industrialário	55	35,3	64,8
	setor de serviços s/ curso superior	35	22,4	89,4
	setor de serviços c/ curso superior	1	,6	90,1
	outros	14	9,0	100,0
	Total	142	91,0	
	não se aplica	14	9,0	
Total	156	100,0		

FONTE: criada pela autora a partir do software SPSS

Essa pequena mudança ocorrida entre a primeira ocupação profissional e a última, pode ser indicativa de um progresso devido à nova classificação da categoria *industrialário*. Mais destacada na última ocupação, essa categoria engloba, em sua maioria, profissões com

seguridade social e emprego fixo, o que não acontecia com o setor de serviços sem curso superior, destacado na primeira ocupação profissional. Entretanto, todas as profissões pelas quais eles circularam pertenciam ao nível de status médio-inferior (PASTORE & SILVA, 2000).

Se compararmos a primeira ocupação profissional, de um indivíduo com sua última profissão poderia se observar um aspecto importante da mobilidade social: a possibilidade de circulação social e ascendência social, usufruídas pelo indivíduo durante sua vida, medidas pela modificação do status profissional de uma ocupação para outra (SCALON, 1999). Porém, no caso da nossa população essa mobilidade é praticamente nula, já que não houve mudança de status entre as categorias profissionais pelas quais circularam os apenados.

No caso da nossa população de pesquisa, verificamos a partir do teste qui-quadrado, que houve um alto nível de significância ($P=0,000$) entre a primeira e a última profissão exercida pelo apenado antes de vir para o presídio. Isso pode demonstrar uma certa imobilidade social intrageracional, já que pode haver uma associação determinante entre as categorias pelas quais circula o apenado, que não permite saída de seu nível de status. Nosso intuito era observar “A mobilidade intrageracional, também chamada mobilidade de carreira, [que]⁴⁴ refere-se a mobilidade experimentada pelos indivíduos durante seu ciclo de vida no trabalho” (SCALON, 1999, p.100), e acabamos por nos deparar com o seu oposto: a imobilidade social.

A mobilidade ocupacional nos informa também, sobre a possibilidade do indivíduo de ter ido além, ou ficado aquém dos seus pais em termos de status profissional. A esse tipo de mobilidade social chamamos intergeracional, ou a mobilidade social que acontece entre o estrato de origem – ocupação profissional do pai quando da entrada do respondente no mercado de trabalho – e o estrato de destino (primeira ocupação profissional do respondente) (SCALON, 1999).

⁴⁴ A intervenção entre colchetes é nossa.

Assim, a seguir apresentamos o gráfico que demonstra as profissões dos pais:

FONTE: Gráfico criado pela autora a partir do software SPSS

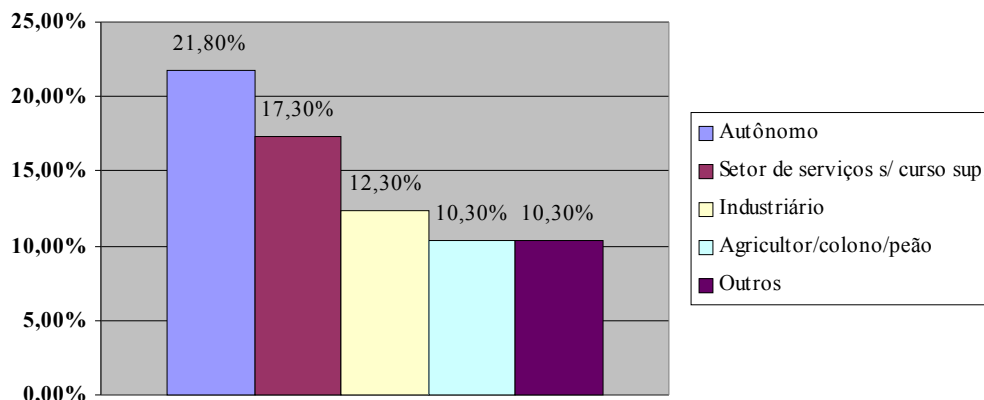


FIGURA 5 – OCUPAÇÃO PROFISSIONAL DOS PAIS DOS APENADOS

Na ocupação profissional dos pais, temos em primeiro lugar a categoria *autônomo* com 21,8% dos pais. Logo após encontra-se a categoria *industriário*, integrada por 12,8% dos pais dos apenados. E como novidade em relação aos filhos, a categoria *agricultor/colono/peão* que não havia aparecido com essa força na geração descendente. Esta indica, a presença das famílias de proveniência rural, 26,9% da população pesquisada.

Percebemos que em nossa população houve associação estatisticamente significativa entre a profissão dos pais e a primeira ocupação dos filhos⁴⁵, ao passo que essa relação torna-se imperceptível em relação à última ocupação⁴⁶. Portanto, o estrato de origem e a primeira ocupação profissional do respondente, sofrem influência mútua, mas não há associação entre a ocupação dos pais e a maturidade ocupacional dos indivíduos pesquisados, ou extrato de destino (SCALON, 1999).

Contudo, a associação estatisticamente significativa entre a profissão do pai e a primeira profissão do apenado, deve ser observada com cautela, devido ao cruzamento⁴⁷ apresentar um grande número de células vazias ou com pequeno número de casos.

⁴⁵ Testada pelo teste qui-quadrado com sig. $P=0,001 < 0,05$.

⁴⁶ Testada pelo teste qui-quadrado com sig. $P=0,397 > 0,05$.

⁴⁷ Anexo B.

Comparando-se os dois municípios com relação à primeira ocupação profissional, por categoria ocupada pelos apenados, não encontramos diferença estatisticamente significativa⁴⁸. Podemos observar a distribuição dos apenados por categorias nos dois municípios no gráfico abaixo:

TABELA 14 – DIFERENCIAÇÃO DAS OCUPAÇÕES PROFISSIONAIS NOS DOIS MUNICÍPIOS

		naturalidade		
		Cachoeira do Sul	Santa Cruz do Sul	Total
primeira ocupação profissional (por categorias)	Agricultor, colono ou peão	4 5,7%	10 11,6%	14 9,0%
	autônomo	18 25,7%	12 14,0%	30 19,2%
	empresário indústria/comércio	1 1,4%	1 1,2%	2 1,3%
	industrial	3 4,3%	13 15,1%	16 10,3%
	servidor público s/ curso superior	1 1,4%	1 1,2%	2 1,3%
	setor de serviços s/ curso superior	29 41,4%	34 39,5%	63 40,4%
	setor de serviços c/ curso superior	1 1,4%		1 ,6%
	outros	10 14,3%	13 15,1%	23 14,7%
	não se aplica	3 4,3%	2 2,3%	5 3,2%
	Total	70 100,0%	86 100,0%	156 100,0%

FONTE: criada pela autora a partir do software SPSS

Antes de concluirmos sobre a mobilidade ocupacional cabe a comparação de mais uma variável: o trabalho manual e não manual nas duas cidades e a relação dessa variável com a renda familiar dos apenados. Essa subdivisão das categorias profissionais foi efetuada com o objetivo de visualizar com mais clareza a reprodução ou não, no estrato de destino das posições de origem – a imobilidade social (SCALON, 1999, p. 81).

⁴⁸ Testada pelo teste qui-quadrado com sig. 0,233 > 0,05.

Nossa subclassificação distingue ocupações profissionais entre manuais (trabalhos braçais) e não manuais (trabalhos que não necessitam o uso da força, exigindo mais trabalho intelectual). Posto isto, criamos duas grandes categorias que englobam todas as outras: trabalho manual e não manual.

Na primeira ocupação profissional dos apenados, a categoria manual abrange 86,5% e a não manual abrange 10,3% dos apenados. Comparando-se os municípios, não houve diferença estatisticamente significativa⁴⁹, sendo que a população pesquisada é muito semelhante com relação à divisão entre trabalho manual e não manual, tanto na primeira, quanto na última profissão exercida pelo apenado antes de ir para o cárcere nos dois municípios.

TABELA 15– PRIMEIRA OCUPAÇÃO PROFISSIONAL , SE MANUAL/NÃO MANUAL

		A primeira ocupação profissional foi manual ou não manual			Total
		manual	não manual	não se aplica	
naturalidade	Cachoeira do Sul	61	6	3	70
		87,1%	8,6%	4,3%	100,0%
	Santa Cruz do Sul	74	10	2	86
		86,0%	11,6%	2,3%	100,0%
Total		135	16	5	156
		86,5%	10,3%	3,2%	100,0%

FONTE: criada pela autora a partir do software SPSS

A profissão dos pais – ou o estrato de origem – não apresentou associação estatisticamente significativa⁵⁰ com a primeira profissão exercida pelo apenado, com relação a trabalho manual/não manual – estrato de destino - nem com a última ocupação do apenado. Os pais dos apenados se dividem entre trabalho manual e não manual da seguinte forma: 74,4% de trabalhadores manuais, contra 14,7% de trabalhadores não manuais. Ou seja, apesar das percentagens de trabalho manual e não manual de pais e filhos serem semelhantes, não há influência mutua nesta variável entre pais e filhos.

⁴⁹ Testada pelo teste qui-quadrado com sig. $P=0,664 > 0,05$.

⁵⁰ Testadas pelo teste qui-quadrado com respectivas sig. $P=0,56 > 0,05$ e sig. $P=0,200 > 0,05$.

E entre os dois municípios pesquisados, também não houve diferença estatisticamente significativa⁵¹, na distribuição do trabalho manual/não manual dos pais dos apenados, mas ela está ilustrada na tabela a seguir:

TABELA 16– OCUPAÇÃO PROFISSIONAL DO PAI, SE MANUAL/NÃO MANUAL

		A ocupação profissional do pai é manual ou não manual?			Total
		manual	não manual	não sabe/ não respondeu	
naturalidade	Cachoeira do Sul	51 72,9%	10 14,3%	9 12,9%	70 100,0%
	Santa Cruz do Sul	65 75,6%	13 15,1%	8 9,3%	86 100,0%
Total		116 74,4%	23 14,7%	17 10,9%	156 100,0%

FONTE: criada pela autora a partir do software SPSS

Podemos observar ainda, que a mobilidade ocupacional depende tanto de fatores estruturais como de recursos individuais. Ou seja, mudanças nos níveis de emprego, a urbanização e a industrialização se associam à educação, experiência e treinamento. Logo, sociedades mais estabilizadas contam mais com as possibilidades individuais, posto que não se abrem muitos postos novos de trabalho, ao passo que sociedades em desenvolvimento ou expansão abrem brechas estruturais para encaixe do indivíduo (SCALON, 1999).

Mas além disso, buscamos investigar ainda acerca da mobilidade social, não apenas o cruzamento de indicadores empíricos da mobilidade social, como anteriormente apresentados neste item, mas, a percepção da mobilidade social. Como nos afirma Scalon (2004, p.23), pode haver considerável diferença entre a “mobilidade observada” e a “mobilidade percebida”.

⁵¹ Testada pelo teste qui-quadrado com sig. $P= 0,777 > 0,05$.

Afinal, como mencionamos na introdução deste capítulo, a realidade importante é a realidade sentida ou percebida, posto que a imagem que o indivíduo possui da sociedade em que vive determina sua percepção do lugar que ocupa nessa sociedade e da relação que constrói com os outros indivíduos que fazem parte dela.

Buscando investigar essa percepção fizemos a seguinte questão: se olhares para a vida dos teus avós, tu achas que com relação à vida deles a tua vida é melhor, a mesma coisa, pior ou não conhece a história dos teus avós? Nesta questão, foram obtidos os seguintes resultados:

TABELA 17– PERCEPÇÃO DA VIDA COM RELAÇÃO À VIDA DOS AVÓS

		naturalidade		Total
		Cachoeira do Sul	Santa Cruz do Sul	
Se tu olhares para a vida dos teus avós, tu acha que com relação a eles a tua vida?	não conhece a história dos avós	30 42,9%	46 53,5%	76 48,7%
	é melhor	17 24,3%	15 17,4%	32 20,5%
	é a mesma coisa	4 5,7%	6 7,0%	10 6,4%
	é pior	14 20,0%	16 18,6%	30 19,2%
	não se aplica	5 7,1%		5 3,2%
	não sabe / não respondeu		3 3,5%	3 1,9%
Total		70 100,0%	86 100,0%	156 100,0%

FONTE: criada pela autora a partir do software SPSS

As respostas indicam que 42,9% dos apenas cachoeirenses não conhecem dados sobre a história de como viveram os seus avós, 24,3% acredita que sua vida é melhor do que foi a vida de seus antepassados, 20% aponta para uma piora da sua vida em relação aos avós, e somente 7% considera que sua vida e a de seus avós possuem um mesmo patamar de qualidade.

Na mesma questão, 53,3% dos apenados de Santa Cruz do Sul, declaram não conhecerem a história da vida de seus avós. Contudo, dos santacruzenses somente 17,4% acredita que sua vida melhorou em relação aos avós. Ainda entre os pesquisados santacruzenses, 18,6% referem uma piora da sua vida em relação aos avós, e somente 5,7% conclui que sua vida e a de seus avós são semelhantes.

Comparando-se os municípios percebe-se que Santa Cruz do Sul apresenta índices maiores de desconhecimento da história dos avós, bem como, índices menores de percepção de melhora com relação aos avós. Contudo, a diferença entre os municípios não foi estatisticamente significativa⁵².

Como justifica para a melhora da qualidade de vida, com relação aos avós, percebida por 41,7% dos respondentes, são mencionadas explicações sobre as condições difíceis de um passado, muitas vezes no meio rural, sem tecnologia, sem acesso à educação, etc. Essa explicação também é usada ao avesso, para argumentar sobre a piora da sua vida com relação aos avós, percebida por 38,6% dos apenados respondentes, mencionando as mesmas condições de vida dos avós no meio rural como ideais, onde os indivíduos podiam produzir a sua subsistência, onde a vida era calma.

Ou seja, uma mesma condição idealizada – viver no meio rural, plantando para o sustento – é considerada por alguns pesquisados como uma vida difícil de trabalho árduo, e por outros, como uma forma representativa do viver com dignidade. Em outros momentos da pesquisa, repete-se a tendência de perceber o passado e a vida no meio rural de forma romântica, como algo que foi perdido, do qual sentem saudade e se ressentem. Entretanto, prepondera a percepção de melhora na qualidade de vida dos apenados com relação aos avós.

Já a segunda questão, que buscava investigar, além da percepção, a ligação entre as gerações que possibilitaria ao respondente fazer um panorama da vida de seus ascendentes e comparar conforme seus critérios ao panorama da sua vida, era: se tu olhares para a vida dos teus

⁵² Testada pelo teste qui-quadrado com sig. 0,062 > 0,05, observando-se as limitações deste teste em função de células com poucos casos ou mesmo vazias.

pais, tu achas que com relação a eles a tua vida é melhor, a mesma coisa, pior ou não conhece a história dos teus pais?

Nesta questão, ocorreram algumas mudanças de panorama, com diferenças significativas⁵³ entre os municípios, a saber:

TABELA 18– PERCEPÇÃO DA VIDA COM RELAÇÃO À VIDA DOS PAIS

		naturalidade		Total
		Cachoeira do Sul	Santa Cruz do Sul	
Se tu olhares para a vida dos teus pais, tu acha que com relação a eles a tua vida?	não conhece a história dos pais		4 4,7%	4 2,6%
	é melhor	19 27,1%	28 32,6%	47 30,1%
	é a mesma coisa	13 18,6%	17 19,8%	30 19,2%
	é pior	31 44,3%	34 39,5%	65 41,7%
	não se aplica	7 10,0%		7 4,5%
	não sabe / não respondeu		3 3,5%	3 1,9%
	Total	70 100,0%	86 100,0%	156 100,0%

FONTE: criada pela autora a partir do software SPSS

E em Santa Cruz do Sul 32,6% dos apenados, percebe sua vida como tendo melhorado em relação à vida dos pais, enquanto em Cachoeira do Sul essa percepção representa 27,1%. A maioria dos apenados cachoeirenses (44,3%) percebe sua vida como tendo piorado em relação à vida dos pais, enquanto em Santa Cruz do Sul essa percepção é de 39,5%. Nos dois municípios, cerca de 19% dos apenados considera que a vida dos pais e a sua, carregam mais semelhanças do que diferenças. Ao contrário da percepção com relação aos avós, com relação aos pais predomina a percepção de decadência das condições de vida nos apenados.

⁵³ Testada pelo teste qui-quadrado com sig. $P = 0,011 < 0,05$.

Com relação à geração dos avós os cachoeirenses percebem melhora na qualidade de vida, o que não acontece com os santacruzenses. Já com relação aos pais, os santacruzenses referem melhora. E a diferença de percepção dos apenados entre os municípios, com relação aos seus pais, é estatisticamente significativa. Ou seja, a percepção de melhora com relação à geração imediatamente anterior a dos apenados é distinta nos dois municípios, favorecendo Santa Cruz do Sul.

Além disso, a mobilidade social percebida se diferencia um pouco da mobilidade social observada, já que, os dados observados denotam o aumento de escolaridade da geração anterior para esta, e a percepção desta geração com relação a anterior é de decadência. Contudo, os dados da mobilidade percebida nesta população corroboram com “[...] os dados da literatura sobre mobilidade, que apontam níveis mais elevados de mobilidade ascendente do que é percebido” (SCALON, 2004, p.32).

Ou seja, existe uma mobilidade social demonstrada pelo “[...] que foi experimentado de fato, ou melhor, como as pessoas percebem suas experiências de mobilidade.” (SCALON, 2004, p.22). A essa mobilidade social denominamos mobilidade percebida. E existe uma mobilidade social demonstrada diretamente pela ocupação profissional, pela idade de entrada no mercado de trabalho e pela escolaridade, esta pode ser chamada de mobilidade observada.

Em que pese o fato de que, elas devem estar relacionadas em uma medida de mobilidade social, e que somente a escolaridade, por exemplo, não poderia ser considerada como tradução fidedigna da mobilidade intrageracional, ela é sim, um indicativo de que algo se processa entre uma geração e outra, podendo este processo ser em direção ascendente ou descendente. No caso de nossa população, levemente ascendente.

Mesmo sendo a população carcerária uma população um tanto específica, com relação a ela, podemos afirmar que, nos dois municípios, os fatores representativos da mobilidade social de circulação, ou seja, fatores relacionados aos atributos individuais dos apenados, como por exemplo a escolaridade e a profissão, não podem explicar a mobilidade social por completo, não são os únicos determinantes da sua imobilidade social.

A partir disso podemos ainda conjecturar, que outros fatores devem estar presentes na impossibilidade de ascendência social dos indivíduos que fazem parte desse grupo nos dois municípios, os chamados fatores estruturais, por exemplo, ligados aos níveis de emprego e industrialização dos municípios. Esses fatores poderiam ser investigados mais a fundo no intuito de aprofundarmos a busca pelas determinações da imobilidade social apresentada por esta população.

Percebemos neste capítulo que as populações carcerárias dos dois contextos de pesquisa, em muitos momentos, são deveras semelhantes. As maiores discrepâncias foram encontradas com relação à escolaridade, principalmente dos pais dos respondentes, que apresentaram dados em favor do município de Cachoeira do Sul.

Portanto, percebe-se que a mobilidade social dessa população, não apresenta diferenças compatíveis com as discrepâncias econômicas entre os municípios pesquisados, já que, de acordo com elas, Santa Cruz do Sul deveria destacar-se tanto quanto às possibilidades individuais ligadas principalmente à educação e não é o que constatamos ocorrer neste caso.

3. A DISTÂNCIA SOCIAL PERCEBIDA

A prisão é um escoadouro dos não aceitos: pessoas estigmatizadas, pobres e desassistidas. Ela “[...] foi planejada como fábrica de exclusão [...] de pessoas habituadas à sua condição de excluídas [...]” (BAUMAN, 1999, p.121). A população carcerária representa ao mesmo tempo nossa incapacidade na busca pela equidade e nosso poder segregador.

A sociedade em que vivemos tenta corrigir ou sanar os problemas de segurança pública afastando os que não alcançam determinados padrões de exigência e consumo e por isso não se adaptam aos nossos códigos de regras. O que parece intrigante, é o fato de que, quanto mais procuramos formas de crescer economicamente, avançamos em nossas tecnologias e aperfeiçoamos nossos sistemas de comunicação, mais deixamos pessoas ficarem de fora desse processo. “As desigualdades entre grupos e indivíduos estão entre as marcas distintivas recorrentes das sociedades humanas” (ELIAS, 2000, p.199).

Todas as sociedades produzem estranhos. Mas cada espécie de sociedade produz sua própria espécie de estranhos e produz de sua própria maneira, inimitável. [...] Ao mesmo tempo em que traça suas fronteiras e desenha seus mapas cognitivos, estéticos e morais, ela não pode senão gerar pessoas que encobrem limites julgados fundamentais para a sua vida ordeira e significativa, sendo assim acusadas de causar a experiência do mal-estar como a mais dolorosa e menos tolerável. (BAUMAN, 1998, p.27)

Atributos como cor, origem étnica, aparência, são utilizados como justificativas para perpetuar diferenças sociais entre as pessoas. Ora, mas um “[...] grupo só pode estigmatizar outro, com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo

estigmatizado é excluído” (ELIAS, 2000, p.23). Sendo ainda que a suposta diferenciação alegada, não é senão que, uma forma de alguns manterem seus privilégios em detrimento de outros. A segregação só existe, porque nossas relações sociais são pautadas da existência de grupos dominadores e grupos subjugados. Grupos que criam e regulam exigências e grupos que devem enquadrar-se a elas.

Comumente, a população carcerária tem sido tomada como exemplo de execução da justiça, por ela representar socialmente *os bandidos* e o não cumprimento das leis e normas sociais, ela pode ser interpretada como um *bode expiatório* social, como uma forma de valorizar essas leis, e a auto-estima de quem as cumpre – *o cidadão*. Ou seja, é uma estratégia de auto-afirmação de um grupo – cumpridor das leis – a partir do sacrifício de outro grupo tomado por este como inferior, intruso da ordem estabelecida costumeiramente pelo primeiro: alguém que não valoriza suas regras, e deve ser punido como exemplo por que desvaloriza suas regras.

Para que uma ordem estabelecida seja cumprida, é necessária a contraposição entre os cumpridores e os não cumpridores. Um exemplo da tentativa de distinção entre grupos, baseado em julgamentos valorativos como melhor ou pior, é visto na declaração pública das pessoas sobre a campanha do desarmamento. É comum escutarmos as pessoas perguntarem: “por que o cidadão tem que entregar sua arma se o bandido vai ficar armado?” Esse tipo de separação nós/eles é subsidiada em quê?

[...] tais aspectos não se devem às diferenças raciais ou étnicas [ou mesmo de caráter]⁵⁴ em si, mas ao fato de um dos grupos ser estabelecido, dotado de recursos superiores de poder, enquanto o outro é um grupo outsider, imensamente inferior em termos do seu diferencial de poder e contra o qual o grupo estabelecido pode cerrar fileiras (ELIAS, 2000, p.31).

Poderíamos formular a questão sob uma outra ótica: quem seriam os cidadãos e quem são os bandidos? Essa segunda questão nos dá a verdadeira dimensão da impossibilidade de distinção de grupos sob esses rótulos.

É por se avaliar o crime e a delinquência como *ruins* e a conformidade às leis e às normas como *boa*, a *anomia* como *ruim* e a estreita integração como *boa*, que se tende a estudar uma coisa independentemente da outra, num isolamento que não encontra correspondência naquilo que de fato observamos. (ELIAS, 2000, p.180)⁵⁵.

⁵⁴ O texto entre colchetes foi inserido por nós.

⁵⁵ Os grifos são do autor.

Não há parâmetros para falarmos sobre um bom ou um mau funcionamento. Existem sim, funcionamentos diferentes de uma configuração que é inteira, sobrepondo coesão e anomia. Seriam necessárias muitas “[...] investigações empíricas comparadas de comunidades com graus variáveis de coesão, bem como dos efeitos destes nas pessoas que nelas vivem, para que se possa definir e avaliar algumas delas, com razoável segurança, como melhores do que outras”. (ELIAS, 2000, p.193).

Constitui-se em um problema de estudo para nós, não julgarmos que contexto é melhor ou pior, mas como os indivíduos, mais especificamente *os de fora*⁵⁶, ou excluídos, percebem-se uns aos outros como pertencentes, ou não, aos dois grupos e como estabelecem as fronteiras do *nós e do eles*⁵⁷ dentro de determinados contextos sociais (ELIAS, 2000).

Mas como saber de que forma os habitantes dos diferentes contextos de pesquisa vêem a população carcerária, se nossa pesquisa centra-se na opinião somente da última? Contudo, se leva “[...] em conta [que existe uma]⁵⁸ interação da imagem que as pessoas têm de si mesmas com as imagens que os outros fazem delas” (ELIAS, 2000, p. 188). Ou seja, há em certa medida, uma assimilação na imagem pessoal, daquilo que o outro vê em nós ou espera de nós. E portanto, a percepção das populações carcerárias dos diferentes contextos traz consigo mensagens – além de como os sujeitos situam-se frente ao lugar – de como esse contexto situa esses indivíduos.

Neste capítulo analisaremos um aspecto curioso dessa problemática: a percepção do lugar de origem, como um lugar propulsor ou limitador. O sentimento de estar dentro ou fora. Existe uma estigmatização instaurada pela precariedade econômica ou pelo abandono do lugar de moradia, que pode trazer como conseqüência um tratamento diferenciado aos indivíduos de acordo com esse lugar? Em que pese que a *situação*⁵⁹ social dos sujeitos pode ser representada por “[...] sua liberdade de escolher onde estar [...]”⁶⁰ (BAUMAN, 1999, p.94), existe, de acordo

⁵⁶ Grifo nosso.

⁵⁷ Grifo nosso.

⁵⁸ A intervenção nos colchetes é nossa.

⁵⁹ Grifo nosso.

⁶⁰ Grifos do autor.

com a possibilidade de escolha, uma identificação e uma assunção de papéis frente ao lugar de moradia.

3.1. Percepção do lugar de origem: possibilidade ou limitação

Para os habitantes do Primeiro Mundo – o mundo cada vez mais cosmopolita e extraterritorial dos homens de negócio globalizado, dos controladores globais da cultura e dos acadêmicos globais – as fronteiras dos Estados foram derrubadas, como o foram para as mercadorias, o capital e as finanças. Para os habitantes do Segundo Mundo, os muros constituídos pelos controles de imigração, as leis de residência, a política de *ruas limpas*⁶¹ e *tolerância zero*⁶² ficaram mais altos; os fossos que separam dos locais de desejo e da sonhada redenção ficaram mais profundos, ao passo que todas as pontes, assim que se tenta atravessá-las revelam-se pontes levadiças. (BAUMAN, 1999, p.97)

Esta seção busca descrever como os sujeitos percebem ou avaliam sua posição no espaço social. Ou, como um grupo social específico – a população carcerária – percebe-se e percebe aos outros, em contextos sociais economicamente desiguais de seus lugares de origem.

Nosso intuito foi verificar se existiam diferenças entre as opiniões dos sujeitos sobre determinados assuntos como sociedade, integração, percepção do lugar de origem, percepção de si e de sua qualidade de vida, entre contextos díspares. Ou, como as pessoas em contextos desiguais “[...] interpretam e reinterpretam [...] suas vidas cotidianas? Como se reconhecem ou reconhecem os demais neste[s]⁶³ contexto[s]⁶⁴?” (SCALON, 2004, p.17)

Comparando-se a realidade econômica dos dois lugares pesquisados – Cachoeira do Sul e Santa Cruz do Sul – se buscou demonstrar como estas realidades podem parecer discrepantes diante dos olhos das camadas mais vulneráveis das populações, no sentido de que: nem sempre o *progresso*⁶⁵ medido pelos indicadores econômicos e sociais se traduzem na melhoria da qualidade de vida de toda a população. “É claro que as opiniões e percepções sobre as desigualdades variam de acordo como *situs*⁶⁶ de onde o indivíduo observa e responde.”

⁶¹ Grifo do autor.

⁶² Grifo do autor.

⁶³ A intervenção entre colchetes é nossa.

⁶⁴ A intervenção entre colchetes é nossa.

⁶⁵ Grifo nosso.

⁶⁶ Grifo do autor

(SCALON, 2004, p.18). E justamente por isso, a percepção é tomada, neste trabalho, como a verdade do sujeito, sendo a realidade percebida, portanto, prioritária.

Consideramos que o espaço geográfico também poderia ser um sinalizador da posição social, na medida em que o sujeito pensa seu local de moradia ou circulação como restrito, estigmatizado, limitador de seu posicionamento na sociedade, ou de sua integração social. “Em outras palavras, dando continuidade à análise da condição social objetiva, [nos propusemos]⁶⁷ a estudar o sentido do vivido, ou seja, o sentido que essas populações atribuem à sua existência e ao lugar que ocupam na sociedade.” (PAUGAM, 2003, p.48).

Já que: o “[...] uso do solo urbano, entregue aos mecanismos de mercado, conhece processos de segregação cada vez mais visíveis [...]” (PAUGAM, 2003), a maneira como seu bairro é olhado pelo município, cuidado, assistido, vigiado, pode relacionar-se com a conduta dos indivíduos que nele residem e com o sentir-se ou não parte integrante dele e do município ao qual pertence. Então, um dos primeiros questionamentos efetuados sobre a percepção do sujeito sobre seu lugar de origem foi: que lugar melhor representa a sociedade Cachoeirense ou Santacruzense⁶⁸ pra ti?

Com essa pergunta objetivamos investigar a percepção do indivíduo sobre pertencer ou não à sociedade. Caso citasse como sociedade algum lugar da cidade ao qual não frequentasse ou tivesse acesso antes do cárcere, isso seria representativo de um sentimento de exclusão social. Após essa pergunta, como aliada na busca dos mesmos indícios encontra-se a questão: consideras que o lugar onde mora está dentro, em um lugar intermediário ou fora da sociedade da tua cidade?

⁶⁷ A supressão entre colchetes é nossa e foi utilizada para substituir a expressão “propus-me” pela expressão “nos propusemos”.

⁶⁸ A cidade foi usada conforme a naturalidade do respondente.

A seguir, os demonstrativos das respostas obtidas na primeira questão:

FONTE: Gráfico criado pela autora a partir do software SPSS

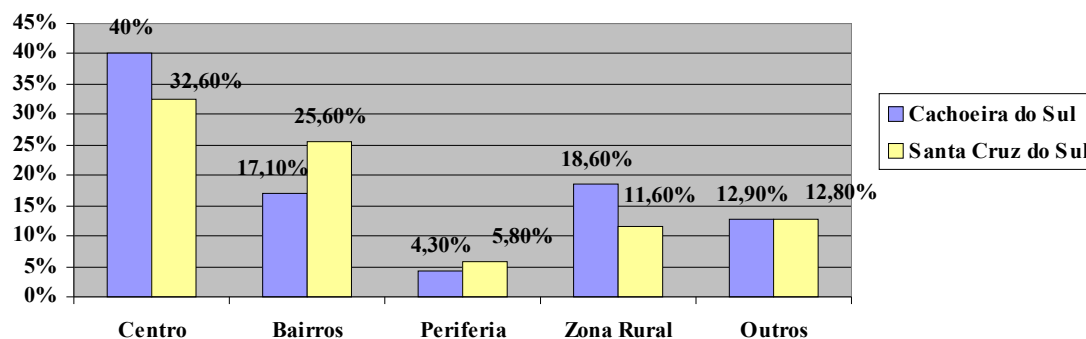


FIGURA 6 – QUE LUGAR MELHOR REPRESENTA A SOCIEDADE DA SUA CIDADE

Diante desta figura podemos observar que a população pesquisada optou, nos dois contextos de pesquisa, pelo *Centro*⁶⁹ da cidade como um lugar representativo da sociedade de seu município. Ou seja, 35,9% da população total considera o *Centro* como sendo *a sociedade do seu município*. Entre Cachoeira do Sul (40%) e Santa Cruz do Sul (32,60%) não há diferença estatisticamente significativa⁷⁰ nas percentagens referentes a essa questão.

Contudo, paradoxalmente aos 35,9% de pessoas dentre o total das populações carcerárias pesquisadas que pensa o *Centro* dos municípios como o lugar mais representativo da sociedade do mesmo, apenas 3,2% da população respondente (5 pessoas) residia nos *Centros* da suas cidades antes de irem para o cárcere. Logo, podemos considerar que existe uma distância entre o que as pessoas consideram ou idealizam como sendo *a sociedade* e o lugar que elas residem, ou se localizam dentro dela.

Os apenados pesquisados, quanto ao local de residência antes do cárcere, distribuíam-se em 37 bairros, vilas e localidades Santacruzenses, e em 27 bairros, vilas e localidades Cachoeirenses. Os bairros e vilas dos quais procediam as populações carcerárias, de um modo

⁶⁹ A palavra Centro é usada com a primeira letra maiúscula, por indicar o nome próprio do Bairro Centro das duas cidades pesquisadas.

⁷⁰ Testada pelo teste qui-quadrado com sig. $P = 0,535 > 0,05$.

geral, eram localizados nas periferias dos municípios⁷¹. Além disso, 25,6% dos apenados entrevistados referem não ter podido manter sua residência nos bairros mencionados após o ingresso no cárcere. Esse dado pode ser um balizador da percepção de exclusão, já que “[...] a brutal perda de uma moradia ou o fato de residir em uma cité [conjunto habitacional]⁷² degradada e socialmente desqualificada constituem em experiências sociais dolorosas.” (PAUGAM, 2003).

Ou seja, o lugar de origem ou de residência dentro do município pode influenciar tanto no modo de vida, quanto na percepção do apenado sobre sua cidade, considerando-se ou não parte importante dela. Essa percepção pode estar de acordo, entre outras coisas, com a percepção sobre a inclusão do seu bairro, vila ou localidade no seio da cidade. Ou seja, distância social e distância geográfica relacionam-se, mas nem sempre essa relação apresenta características mensuráveis.

Podemos dizer, que existe uma diferença na localização dada pelo espaço social – espaço que se dá pela diferenciação de status entre pessoas e grupos – e o espaço geográfico – que se localiza com relação a algum ponto de referência, uma estrela, uma montanha, latitude, longitude. Pessoas podem compartilhar do mesmo espaço geográfico ocupando posições sociais diferentes e vice-versa (LAKATOS & MARCONI, 1999). “[...] a distância é um produto social; sua extensão varia dependendo da velocidade com a qual ela pode ser vencida.” (BAUMAN, 1999, p.19).

Contudo, uma “[...] parte integrante dos processos de globalização é a progressiva segregação espacial, a progressiva separação e exclusão.” (BAUMAN, 1999, p.9) Buscando captar a noção dos sujeitos sobre essa separação perguntamos – Consideras que o lugar onde mora está dentro, em um lugar intermediário ou fora da sociedade da tua cidade? Recebemos as seguintes respostas: 42,3% dos apenados consideram que o bairro, vila ou localidade em que residiam está dentro da sociedade, 30,8% refere-se ao seu lugar de moradia como em um lugar intermediário, e 21,8% acreditam que moravam em um bairro, vila ou localidade, que estava fora da sociedade do seu município de origem.

⁷¹ Observando-se os mapas dos municípios percebe-se que os bairros citados pelos respondentes se localizam na sua maioria, bastante distantes, normalmente desenhando os contornos dos municípios.

⁷² A supressão entre colchetes é utilizada para tradução do termo "cité", pelo próprio autor.

Comparando-se os municípios com relação a essa questão, não houve diferença estatisticamente significativa⁷³, mas a título de curiosidade podemos reparar as seguintes diferenças: em Cachoeira do Sul 50% dos apenados considera seu lugar de moradia como estando dentro da sociedade do seu município, 25,7% considera-o em lugar intermediário – meio dentro, meio fora da sociedade – e 20% acha que seu lugar de moradia está fora da sociedade de seu município. Em Santa Cruz do Sul, 36% dos apenados considera o seu bairro, vila ou localidade como estando dentro da sociedade de seu município, enquanto 34,9% considera-o em lugar intermediário e 23,3% considera-o como fora da sociedade. A tabela a seguir demonstra essas diferenças:

TABELA 19 – PERCEPÇÃO DO POSICIONAMENTO DO LUGAR DE MORADIA NA SOCIEDADE

		naturalidade		Total
		Cachoeira do Sul	Santa Cruz do Sul	
Tu consideras que o lugar que tu moravas está:	dentro da sociedade	35 50,0%	31 36,0%	66 42,3%
	em um lugar intermediário	18 25,7%	30 34,9%	48 30,8%
	fora da sociedade Cachoeirense ou Santa Cruzense	14 20,0%	20 23,3%	34 21,8%
	não sabe/não respondeu	3 4,3%	5 5,8%	8 5,1%
	Total	70 100,0%	86 100,0%	156 100,0%

FONTE: criada pela autora a partir do software SPSS.

Somados o total de apenados que consideravam morar em um lugar intermediário à sociedade antes do cárcere (30,8%), aos 21,8% do total que já sentia o seu lugar de origem como fora da sociedade, temos 52,6% dos apenados pesquisados. Em que pese a “[...] prisão [ser] a forma última e mais radical de confinamento espacial.”(BAUMAN, 1999, p.114), esses indivíduos já percebiam-se antes do cárcere como suspensos, ou apartados do meio social no município de origem.

Além dessa percentagem, pudemos verificar que esse sentimento de exclusão se reafirma nas falas dos respondentes. Os questionários, que continham 61 questões fechadas,

⁷³ Testado pelo teste qui-quadrado com sig. $P = 0,363 > 0,05$.

continham também ao final de algumas questões a pergunta *por quê*⁷⁴. A inserção de uma questão aberta proporcionava aos respondentes possibilidades de explicar sua resposta. Alguns pesquisados referiam seu local de moradia como abandonado, violento, ou mal visto pela cidade. Mencionavam seu bairro como sendo percebido pelos demais habitantes da cidade “[...] como um lugar de onde só sai ladrão ou só mora bandido⁷⁵”. Isso nos demonstra que:

A identidade pessoal merece igualmente ser analisada sob o ângulo das relações sociais que se instauram entre as populações em situação de precariedade econômica e social, e segundo sua origem hierárquica interna tal qual ela se forma, como, por exemplo, nos espaços socialmente desqualificados que reagrupam inúmeras famílias desfavorecidas. (PAUGAM, 2003, p.66).

Então, o lugar de moradia pode ocasionar um sentimento de auto-desvalorização nos sujeitos, fazendo até mesmo com que escondam onde moram por medo de serem estigmatizados (GOFFMAN, 1988). No intuito de medirmos os níveis de estigmatização e preconceito, utilizamos uma escala⁷⁶ que apresentou os seguintes resultados como médias de preconceito entre os apenas nos dois municípios:

TABELA 20 – PRECONCEITO

	naturalidade	N	Médias	Desvio Padrão
preconceito quanto aos excluídos (7 até 35)	Cachoeira do Sul	68	19,46	3,47
	Santa Cruz do Sul	85	19,87	3,67

FONTE: criada pela autora a partir do software SPSS.

As médias da variável preconceito não apresentaram diferenças estatisticamente significativas⁷⁷ entre os dois municípios. Contudo, os níveis de preconceito são altos, na medida em que as médias dos dois municípios são de 19,46 (Cachoeira do Sul) e 19,87 (Santa Cruz do Sul), numa medida entre 7 e 35, o que representa em torno de 56% da medida. O preconceito “[...] é um julgamento positivo ou negativo, formulado sem exame prévio [...]” (JODELET,

⁷⁴ Grifo nosso.

⁷⁵ Fala de um dos respondentes.

⁷⁶ A escala de integração foi criada somando-se as questões 54.1 à 54.7, as quais formam escala de tipo Likert, com opções de resposta de 1 = pouco preconceito, até 5= muito preconceito.

⁷⁷ Testada pelo teste t de diferenças de médias com sig. 0,475 > 0,05.

1999, p.59), ele é gerado por uma categorização social que os indivíduos fazem dos outros e entre si. Essa característica apresentou-se de forma semelhante nos dois contextos de pesquisa.

Ainda na descrição do lugar de moradia, foi feita aos pesquisados a seguinte pergunta: tu descreves o lugar onde tu moravas como? Foram oferecidas como alternativas as seguintes afirmativas: a) agradável e seguro; b) razoável; d) indiferente, moravas lá somente porque tinha nascido lá; e) desagradável, se tivesse oportunidade de morar em outro lugar, moraria; Não houve, na resposta a esta questão, diferença estatisticamente significativa⁷⁸ entre os municípios. Contudo, as respostas são apresentadas na tabela a seguir:

TABELA 21 – PERCEPÇÃO DO LUGAR DE MORADIA

		naturalidade		Total
		Cachoeira do Sul	Santa Cruz do Sul	
Tu descreves o lugar onde tu moravas como:	um lugar agradável e seguro de morar	47 67,1%	42 48,8%	89 57,1%
	somente um lugar razoável	13 18,6%	20 23,3%	33 21,2%
	indiferente, não tem opinião		1 1,2%	1 ,6%
	tu moravas lá, apenas porque tinhas nascido lá	5 7,1%	14 16,3%	19 12,2%
	um lugar desagradável	5 7,1%	5 5,8%	10 6,4%
	não sabe / não respondeu		4 4,7%	4 2,6%
	Total	70 100,0%	86 100,0%	156 100,0%

FONTE: criada pela autora a partir do software SPSS.

Podemos observar que o sentimento do lugar de moradia como agradável e seguro predominou entre os entrevistados dos dois municípios, em Cachoeira do Sul com percentagem de 67,1%, e Santa Cruz do Sul com percentagem de 48,8%. Entre a primeira e a segunda alternativa mais escolhida – o lugar de moradia como desagradável – houve uma queda razoável na percentagem, ficando com 14,2% das respostas em Cachoeira do Sul, e 22,1% das respostas

⁷⁸ Testada pelo teste qui-quadrado com sig. $P = 0,910 > 0,05$. O qual deve ser considerado com ressalvas já existem células no cruzamento com poucos, ou nenhum caso.

em Santa Cruz. Esta questão demonstra uma distinção entre o local de moradia nos dois municípios, já que a maior percentagem dos apenados cachoeirenses refere sentir seu local de moradia como mais agradável do que os apenados de Santa Cruz do Sul.

Até aqui descrevemos a opinião dos apenados sobre o seu lugar representativo da sociedade, a distribuição dos seus locais de moradia antes do cárcere, e a percepção do lugar de moradia como pertencente ou não ao seu município de origem. Agora, passamos a descrição da percepção dos apenados sobre si mesmos, frente ao que já foi exposto sobre o lugar de origem. Posto que o “[...] núcleo em torno do qual o sentimento de auto-estima de uma pessoa está construído pode variar notavelmente não só de indivíduo para indivíduo, mas também de sociedade para sociedade.” (ELIAS, 2000, p.209).

A primeira questão que buscou a percepção dos apenados sobre si mesmos diante das diferenças contextuais, se deu pela investigação da possibilidade de circulação e de integração dos sujeitos na cidade de origem. Pois se sugere que

[...] a identidade social de um indivíduo divide o seu mundo de pessoas e lugares, o que faz também a sua identidade pessoal, embora de maneira diferente. São esses quadros de referência que devem ser aplicados ao estudo da rotina diária de uma pessoa estigmatizada em particular, como quando ela vai e volta de seu trabalho, de sua casa, das compras e de lugares de diversão. (GOFFMAN, 1988, p.103).

A pergunta que tentava identificar essa percepção era: você considera que os lugares da sua cidade são de livre acesso para você? Ou seja, em que nível estava antes do cárcere a separação espacial que nele culminou. Não houve diferença estatisticamente significativa⁷⁹ entre os dois municípios na percepção dos apenados com respeito do seu acesso aos lugares públicos. As alternativas a essa pergunta e a distribuição das respostas em cada município encontra-se na tabela a seguir:

⁷⁹ Testado pelo teste qui-quadrado com sig. $P = 0,469 > 0,05$. O qual deve ser considerado com ressalvas posto existirem células com poucos casos ou nenhum caso.

TABELA 22 – COMO O APENADO AVALIA SUA POSSIBILIDADE DE ACESSO AOS LUGARES

		naturalidade		Total
		Cachoeira do Sul	Santa Cruz do Sul	
Tu consideravas todos de livre acesso os lugares da tua cidade:		54	65	119
		77,1%	75,6%	76,3%
	alguns de acesso livre e alguns de acesso fechado	14	16	30
		20,0%	18,6%	19,2%
	todos de acesso fechado	2	2	4
	2,9%	2,3%	2,6%	
não sabe/não respondeu			3	3
			3,5%	1,9%
Total		70	86	156
		100,0%	100,0%	100,0%

FONTE: criada pela autora a partir do software SPSS.

Entretanto, devido a esta pergunta ser um tanto diretiva, associamos a ela outra questão que investiga a possibilidade de circulação, a saber: quanto à localização, que lugares da tua cidade tu costumavas frequentar? Essa pergunta se pretendia um indicador de obstáculos silenciosos aos locais, que façam alguma distinção entre quem pode e quem não pode frequentá-los. Afinal:

Aqueles incapazes de fazer de sua vida separada uma questão de opção e de pagar os custos de sua segurança [...] são pura e simplesmente postos para "fora da cerca" sem que se pergunte a sua opinião, têm o acesso barrado aos "comuns" de ontem quando perambulam às tontas fora dos seus limites, sem notar os sinais indicadores de *propriedade privada* ou sem perceber o significado de indicações não verbalizadas mas nem por isso menos decididas de *não ultrapasse*.⁸⁰ (BAUMAN, 1999, p.29).

Para essa pergunta sobre a possibilidade de circulação, com diferença estatisticamente significativa⁸¹ entre os municípios, encontramos a seguinte distribuição:

TABELA 23 – POSSIBILIDADE DE CIRCULAÇÃO

⁸⁰ Grifos do autor.

⁸¹ Testada pelo teste qui-quadrado com sig. 0,041 < 0,05.

		naturalidade		Total
		Cachoeira do Sul	Santa Cruz do Sul	
Quanto a localização, que lugares tu costumavas frequentar?	eu não freqüentava os lugares da minha cidade	4 5,7%	15 17,4%	19 12,2%
	somente nas proximidades da tua residência	17 24,3%	29 33,7%	46 29,5%
	por toda a cidade	45 64,3%	37 43,0%	82 52,6%
	Somente fora das proximidades da sua residência	3 4,3%	2 2,3%	5 3,2%
	não sabe/ não respondeu	1 1,4%	3 3,5%	4 2,6%
	Total	70 100,0%	86 100,0%	156 100,0%

FONTE: criada pela autora a partir do software SPSS

A partir das respostas a esta questão se percebe que apesar de os apenados afirmarem, na sua maioria, livre acesso a todos os lugares nos dois municípios, 24,3% dos apenados cachoeirenses e 33,7% dos apenados santacruzenses acabam restringindo sua circulação somente às proximidades da sua residência. Além disso, esta tabela demonstra uma maior mobilidade espacial entre os Cachoeirenses do que entre os Santacruzenses, já que 17,4% dos santacruzenses responderam que não freqüentava os lugares da sua cidade, restringindo-se a ficar somente em casa, ou preferindo outras cidades a sua.

Portanto, mesmo não se revelando na pergunta direta sobre a liberdade de acesso aos lugares, em outras questões, como a que investigava que lugares o apenado freqüentava, revela-se que há um “[...] ciclo cotidiano de restrições que ele enfrenta quanto à aceitação social;” (GOFFMAN, 1988, p.103). Esse ciclo afeta os níveis de confiança entre os sujeitos, que desconfiam que seus atributos não sejam aceitos e muitas vezes de fato não o são: “Assim, surge no estigmatizado a sensação de não saber o que os outros estão *realmente*⁸² pensando dele.” (GOFFMAN, 1988, p.23). Vejamos como a confiança ou desconfiança se apresenta para a população nos dois contextos de pesquisa:

⁸² Grifo do autor.

TABELA 24 – CONFIANÇA NAS PESSOAS

		naturalidade		
		Cachoeira do Sul	Santa Cruz do Sul	Total
O Sr. (a) acredita que, com relação a confiança nas pessoas?	pode-se confiar na maioria das pessoas	5 7,1%	4 4,7%	9 5,8%
	a maioria das pessoas no caso de necessidade é solidária	8 11,4%	7 8,1%	15 9,6%
	depende muito da ocasião	17 24,3%	16 18,6%	33 21,2%
	é preciso muito cuidado ao tratar com as pessoas	22 31,4%	31 36,0%	53 34,0%
	hoje em dia não é possível confiar em ninguém	17 24,3%	26 30,2%	43 27,6%
	não sabe / não respondeu	1 1,4%	2 2,3%	3 1,9%
	Total	70 100,0%	86 100,0%	156 100,0%

FONTE: criada pela autora a partir do software SPSS

Não houve diferença estatisticamente significativa⁸³ com relação às medidas de confiança nos dois municípios pesquisados, contudo podemos observar que as respostas indicativas de confiança, as alternativas: *pode-se confiar na maioria das pessoas* e *a maioria das pessoas no caso de necessidade é solidária* possuem maiores percentagens no município de Cachoeira do Sul. Ao passo que as alternativas ligadas à falta de confiança: *é preciso muito cuidado ao tratar com as pessoas* e *hoje em dia não é possível confiar em ninguém* possuem percentagens maiores no município de Santa Cruz do Sul.

Diante desse ciclo de restrições, buscamos também, indícios da percepção sobre inclusão nos modos de vida veiculados socialmente no lugar de origem, ou seja: como os apenados dos dois municípios sentiam-se, antes do cárcere, com relação às exigências de consumo ou padrões de vida do município onde nasceram. Já que, os “[...] que não podem agir em conformidade com os desejos induzidos [...] são diariamente regalados com o deslumbrante espetáculo dos que

⁸³ Testada pelo teste qui-quadrado com sig. P= 0,801 > 0,05.

podem fazê-lo [e o]⁸⁴ consumo abundante [...] é a marca do sucesso [...]” (BAUMAN, 1998, p.55).

Sob esta perspectiva, onde se leva em conta que existem diferentes exigências quanto aos padrões de vida, os apenados pesquisados, foram perguntados a respeito de suas conquistas na vida. Considerando-se justamente sua percepção sobre estarem ou não se sentindo excluídos dos seus desejos, seus sonhos de consumo ou dos padrões de exigência aos quais estão submetidos. Falando então, sobre o que consideram conquistas, 28,8% dos apenados pesquisados refere-se a si mesmo como alguém que nunca teve uma conquista na vida, sendo que entre os dois municípios pesquisados não houve diferença estatisticamente significativa⁸⁵.

Diante desta percentagem podemos nos questionar sobre que espécies de ideais almejamos que fazem com que os indivíduos pensem passar a vida sem conquistas? “Nas sociedades que transformam o sucesso em valor supremo e em que predomina o discurso justificador da riqueza, a pobreza é o símbolo do fracasso social e freqüentemente se traduz na existência humana por uma degradação moral.” (PAUGAM, 2003).

O consumo passa a ser a medida de todas as coisas e a pobreza é sentida como fracasso pessoal. Os nossos pobres são, como dito anteriormente os bodes expiatórios, os

[...] *excluídos do jogo*⁸⁶ [...] são a encarnação dos demônios interiores peculiares à vida do consumidor. Seu isolamento em guetos e sua incriminação, a severidade dos padecimentos que lhes são aplicados, a crueldade do destino que lhes é imposto, são – metaforicamente falando – todas as maneiras de exorcizar tais *demônios interiores*⁸⁷ [...] (BAUMAN, 1989, p.57).

Se os “[...] pobres, longe de fazer jus a cuidado e assistência, merecem ódio e condenação – como a própria encarnação do pecado.” (BAUMAN, 1998 p.59), como seria a percepção da população carcerária, antes do cárcere, sobre o atendimento público recebido nos municípios pesquisados. Ou seja, pesquisamos, além das variáveis mencionadas anteriormente sobre a percepção do lugar de origem, mais duas variáveis: a percepção sobre a qualidade do atendimento em saúde; e em justiça. A percepção dos respondentes sobre a assistência pública

⁸⁴ A intervenção entre colchetes é nossa.

⁸⁵ Testada pelo teste qui-quadrado com sig. $P = 0,159 > 0,05$.

⁸⁶ Grifo do autor.

⁸⁷ Grifo do autor.

em saúde e justiça nos lugares de origem é, como as demais variáveis analisadas até aqui, um indício do sentimento de inclusão social ocasionado pelo tratamento dos municípios aos seus naturais.

Inquirimos dos apenados nesse intuito, se já haviam precisado dos serviços públicos em saúde e justiça e como havia sido esse atendimento, no caso de terem precisado. Encontramos na questão sobre saúde diferença estatisticamente significativa⁸⁸ entre os dois municípios, quanto à avaliação do atendimento que se apresenta da seguinte forma:

TABELA 25 – PERCEPÇÃO DA QUALIDADE DO ATENDIMENTO PÚBLICO EM SAÚDE

		naturalidade		Total
		Cachoeira do Sul	Santa Cruz do Sul	
Como tu consideras que foi esse atendimento da saúde pública no teu caso?	totalmente insatisfatório	5 7,1%	6 7,0%	11 7,1%
	insatisfatório	2 2,9%	2 2,3%	4 2,6%
	satisfatório	34 48,6%	51 59,3%	85 54,5%
	plenamente satisfatório	8 11,4%		8 5,1%
	não se aplica	21 30,0%	24 27,9%	45 28,8%
	não sabe / não respondeu		3 3,5%	3 1,9%
Total		70 100,0%	86 100,0%	156 100,0%

FONTE: criada pela autora a partir do software SPSS

Ou seja, em torno de 30% da população carcerária em Cachoeira do Sul nunca havia recorrido ao atendimento público de saúde⁸⁹, por não haver precisado ou por ter podido utilizar atendimento particular de saúde. Entretanto, dos que precisaram, a maioria considerou esse atendimento *satisfatório*, com 10,7 pontos percentuais a mais para Santa Cruz do Sul (59,3%) em relação à Cachoeira do Sul (48,6%). Contudo, na resposta *plenamente satisfatória*,

⁸⁸ Testada pelo teste qui-quadrado com sig. $P=0,02 < 0,05$, com a ressalva de que este teste pode não ser fidedigno com a presença de células vazias ou com pequeno número de casos.

⁸⁹ Não se aplica.

Cachoeira do Sul obteve 11,40% de respostas, ao passo que Santa Cruz do Sul obteve 0%. Essa diferença indica que quanto à percepção da satisfação básica dos respondentes, Santa Cruz se destaca, ao passo que com relação a um atendimento de saúde diferenciado, a percepção de Cachoeira do Sul parece despontar como a mais favorável.

Com relação ao atendimento judiciário, geralmente gratuito, encontramos a seguinte demonstração entre as duas cidades, não havendo diferença estatisticamente significativa⁹⁰ entre elas:

TABELA 26 – PERCEPÇÃO DA QUALIDADE DO ATENDIMENTO PÚBLICO EM JUSTIÇA

		naturalidade		
		Cachoeira do Sul	Santa Cruz do Sul	Total
Como tu consideras que foi esse atendimento gratuito da justiça no teu caso?	totalmente insatisfatório	12 17,1%	20 23,3%	32 20,5%
	insatisfatório	10 14,3%	3 3,5%	13 8,3%
	indiferente, não tem opinião	1 1,4%	1 1,2%	2 1,3%
	satisfatório	25 35,7%	34 39,5%	59 37,8%
	plenamente satisfatório	4 5,7%		4 2,6%
	não se aplica	17 24,3%	26 30,2%	43 27,6%
	não sabe / não respondeu	1 1,4%	2 2,3%	3 1,9%
	Total	70 100,0%	86 100,0%	156 100,0%

FONTE: Tabela criada pela autora a partir do software SPSS

⁹⁰ Testada pelo teste qui-quadrado com sig. $P = 0,066 > 0,05$.

Ou seja, como na procura pelo atendimento público de saúde, mais de 30% dessa população nunca havia recorrido, ou não havia tido contato com o serviço público judicial, alguns deles considerando isso como os impossibilitando de responder essa questão, tornando-a inaplicável. Todavia, dos que precisaram, a maioria considerou o atendimento de tal serviço como satisfatório. Em Cachoeira do Sul constatou-se o percentual de 35,7% enquanto em Santa Cruz do Sul 39,50% das respostas foram no mesmo sentido.

Repete-se também no atendimento em justiça, o fenômeno observado no atendimento em saúde. Novamente Santa Cruz do Sul obteve percentagem zero com relação à resposta plenamente satisfatório, ao passo que Cachoeira do Sul obteve percentual de 5,7%. Essa diferença indica, que quanto à satisfação básica dos respondentes a respeito da justiça, Santa Cruz do Sul se destaca, bem como no atendimento de saúde. Ao passo que, com relação a um atendimento de justiça diferenciado, Cachoeira do Sul parece despontar na percepção dos respondentes.

A percepção do lugar de origem e do tratamento recebido pelas pessoas nesse lugar está intrinsecamente relacionada à percepção de si mesmo. “A angústia do fracasso é provavelmente ainda mais forte quando a inferioridade social está ligada também a desqualificação do lugar onde se é obrigado a viver.” (PAUGAM, 2003, p.96). Bem como, a atenção dada a esse lugar pelas políticas públicas de saúde e justiça.

Então, conforme verificamos nesta sessão, com relação à liberdade de circulação medida pelo acesso aos lugares, o município de Santa Cruz do Sul é melhor visto pelos apenados, já que, as alternativas que mencionam parte dos lugares ou todos os lugares como de acesso fechado aos respondentes antes do cárcere somam em Santa Cruz do Sul 20,9% de respostas, ao passo que em Cachoeira do Sul elas somam um percentual de 22,9%.

Entretanto, ainda sobre a possibilidade de circulação espacial, medida pelos lugares que o apenado costumava freqüentar, Cachoeira do Sul é vista como mais acolhedora, posto que somados os percentuais de respondentes que não freqüentavam os lugares da sua cidade e os que ficavam somente nas proximidades de sua residência este município atinge um percentual de 30%, percentual que se acentua em Santa Cruz do Sul, ficando em 51,1%.

Ou seja, apesar de mencionarem o município de Santa Cruz do Sul como tendo maior percentual de livre acesso aos lugares, 51,1% dos apenados santacruzenses não saía de casa, não se afastava da residência, ou não se sentia à vontade para circular em seu município de origem, preferindo para tanto, outros municípios.

A percepção de Cachoeira como mais inclusiva pelos apenados se repete na questão sobre o lugar de seus bairros na sociedade do seu município – o lugar que moravas está dentro ou fora da sociedade da tua cidade – onde as respostas favoráveis somam 50% para Cachoeira e apenas 36% para Santa Cruz do Sul.

Podemos notar nesta seção, que o crescimento econômico diferenciado dos municípios analisados não implica, para essa população, em uma percepção de distinção na qualidade de vida e de inclusão nos espaços sociais, de forma tão acentuada. Apesar de algumas diferenças estatisticamente significativas – na possibilidade de circulação e na saúde – nas demais variáveis não houve diferenças estatisticamente significativas entre os dois municípios, são elas: o lugar representativo da sociedade, a percepção do posicionamento do lugar de moradia na sociedade, o preconceito, a percepção do lugar de moradia como agradável/desagradável, a possibilidade de acesso aos lugares públicos, a confiança, as conquistas e o atendimento em justiça.

Diante disso, consideramos preponderante tecer essa discussão, porque ao falarmos sobre desenvolvimento, ou ficamos, muitas vezes, atrelados somente ao crescimento econômico, ou buscamos acrescentar uma perspectiva aliada à reflexão sobre a percepção dos processos de inclusão/exclusão ligados a ele.

Ainda, com relação às questões apresentadas anteriormente, o município com indicadores sócio-econômicos mais desfavoráveis – Cachoeira do Sul – foi percebido pelos apenados respondentes, como mais inclusivo na maioria das questões, a saber: na percepção do posicionamento do lugar de moradia na sociedade (50% dos cachoeirenses considera seu lugar de moradia como estando dentro da sociedade de seu município, enquanto apenas 36% dos santacruzenses têm a mesma opinião), no preconceito (Cachoeira do Sul apresentou uma média menor de 19,46, enquanto Santa Cruz do Sul apresentou uma média maior de 19,87), na percepção do lugar de moradia como agradável e seguro (resposta de 67,1% dos cachoeirenses e de apenas 48,8% dos santacruzenses), e na confiança (com respostas positivas de 18,5% dos cachoeirenses e de 12,9% dos santacruzenses). Contudo, as questões citadas devem ser observadas com prudência, devido às diferenças entre os municípios não serem estatisticamente significativas.

Além disso, as percepções de uma camada específica da população sobre seu lugar de origem, podem não possuir o mesmo significado social em contextos diferentes, mas certamente estão relacionados “[...] não somente [à]⁹¹ intensidade dos vínculos sociais das populações desfavorecidas [...]” mas ao desenvolvimento econômico, ao papel do Estado e as formas informais de solidariedade. “A combinação dessas três dimensões pode explicar a relação que cada sociedade mantém com as populações pobres [...]” (PAUGAM, 1999, p.84).

Então, é certo que, as discrepâncias que ocorreram na percepção sobre a inclusão nos espaços sociais – apresentando esta mais favorável no contexto econômico menos favorável – pode estar subsidiada em outros fatores presentes nos contextos de pesquisa, que variam a revelia do crescimento econômico, como redes informais de solidariedade, por exemplo. Entretanto a verificação dessa hipótese demandaria outra pesquisa.

⁹¹ A intervenção entre colchetes substitui a palavra “na” utilizada pelo autor pela palavra “a”, no intuito de adequar a escrita da citação ao parágrafo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final de tanto tempo de trabalho de pesquisa e reflexão, é chegada a hora de tecer algumas considerações a respeito do que foi apurado e sobre quais seriam as perspectivas futuras de investigação nesse campo.

Sendo o objetivo ético do desenvolvimento a qualidade de vida e o desenvolvimento humano, e tomando isto como pressuposto, concluímos primeiramente que temas como crescimento econômico, desigualdade e exclusão, mesmo que já venham sendo exaustivamente discutidos, não foram esgotados e devem protagonizar qualquer perspectiva de desenvolvimento que se preze.

Com isso em mente, ao tratarmos de uma população tão específica como a carcerária, pudemos ilustrar algumas das facetas mais ocultas do processo de desenvolvimento. Entre elas a de que, apesar dos municípios pesquisados, – Cachoeira do Sul e Santa Cruz do Sul – apresentarem bastante discrepância entre si, quanto ao indicador PIB per capita, sendo Santa Cruz do Sul melhor classificada nessas medidas com relação à Cachoeira do Sul – a transposição dessas diferenças expressas nos índices para os processos de exclusão e percepção dos excluídos não acontece de forma automática e generalizada. Ou seja, os indicadores econômicos não se traduzem, necessariamente, em diferenças na qualidade de vida ou na percepção de inserção social das populações carcerárias, extratos aqui considerados como demonstrativos de frações excluídas das populações dos dois municípios.

Percebemos isso, mesmo tendo em mente que a especificidade de nossa população não permite generalizações, ao investigarmos, através das trajetórias dos apenados e de sua percepção sobre si e sobre os lugares de origem, a relação de proximidade entre o crescimento econômico e os processos de exclusão.

Verificamos que, apesar dos municípios pesquisados serem tão discrepantes economicamente, não apresentaram diferenças estatisticamente significativas com respeito a características importantes do perfil dos apenados, a saber, por exemplo: precocidade na média de idade da população carcerária (30 anos); o tempo médio de carteira de trabalho assinada (8,85 anos); e as médias de idade de ingresso no mercado de trabalho (14,53 anos). Percebemos aqui trajetórias e perfis similares apesar dos contextos diferenciados.

E como descrição geral semelhante nas duas populações pesquisadas, encontramos dados que podem ser comparados com os encontrados com relação ao total da população carcerária do Rio Grande do Sul. Por exemplo, 99,4% de apenados dos dois municípios eram na época da pesquisa, do sexo masculino, sendo que apenas 0,06% do sexo feminino. No Rio Grande do Sul, 97% dos apenados é do sexo masculino (SCHABBACH, 1999).

Dos nossos respondentes, 43,6% são solteiros e 60,3% possuem filhos, sendo que destes 55,9% possuem proles de até dois filhos, ao passo que no Rio Grande do Sul, 64,8% da população carcerária é solteira, 51,6% tem filhos e 67,8% possuem proles de até dois filhos. No Rio Grande do Sul, 62,7% da população carcerária é analfabeta ou possui apenas primeiro grau incompleto. (SCHABBACH, 1999). Em nossa população de pesquisa 79,4% dos respondentes são analfabetos ou possuem ensino fundamental incompleto.

Além disso, os apenados dos dois municípios foram acusados ou condenados em sua maioria por crimes como furto, roubo e assalto, totalizando estes, 42,2% dos casos dos respondentes. No Rio Grande do Sul, de forma semelhante, os apenados “[...] foram enquadrados em 1995, principalmente por crimes, contra o patrimônio (29%), destacando-se furtos e roubos (juntos representaram 27,8% do total de reclusões) [...]” (SCHABBACH, 1999).

Ainda como demonstrado através do perfil das populações carcerárias pesquisadas, o processo de exclusão representa a convergência de uma série de atributos, como os analisados anteriormente: precocidade de entrada no cárcere, os motivos percebidos como influentes nessa trajetória, tempo escasso de seguridade social, pouca escolaridade, trabalho precoce e baixas médias de renda.

Contudo, a exclusão dessas populações não está somente relacionada à privações observadas empiricamente, e que pouco diferem entre os municípios pesquisados, senão que, incluem sentimentos e percepções ocasionados pelos padrões de exigência estabelecidos, podendo assim diferenciar-se de município para município. Essa relação dinâmica e processual entre os dados objetivos e os dados subjetivos (a percepção) denota a multidimensionalidade do conceito de exclusão, que perpassa desde medidas objetivas sobre necessidades básicas, até a percepção ou medida subjetiva do que é a necessidade. A medida subjetiva sobre o que é a necessidade pode relacionar-se, ainda, com a possibilidade de se desejar além do que se possui.

Quando mencionamos o conceito de exclusão representando a carência de satisfação de necessidades básicas, devemos ter ciência do quão subjetiva pode ser a definição do que é o básico, tornado arriscado delimitar de forma fechada e estanque o conceito de exclusão. Contudo,

deixar de discutir as implicações do processo de exclusão por intimidar-se diante da polissemia do conceito seria um tanto quanto cômodo, além de ineficiente.

Ainda presente na dinâmica processual da exclusão, encontra-se a variável mobilidade social, que também se divide entre a mobilidade observada e a mobilidade percebida. A mobilidade social observada é medida empiricamente pela ocupação profissional (mobilidade ocupacional) e pela escolaridade (mobilidade educacional) (SCALON, 2004). Houve em nossa população, um leve aumento na média de escolaridade em anos, da geração dos pais dos respondentes para a dos respondentes.

Contudo a mobilidade social percebida, medida através da opinião dos apenados sobre sua qualidade de vida, demonstrou uma sensação de piora na geração dos respondentes com relação à geração de seus pais. Ou seja, apesar dos dados objetivos denotarem um acréscimo na escolaridade dos apenados com relação aos pais, predominava neles um sentimento de que os pais viveram em melhores condições do que eles vivem.

Mesmo que, para uma medida eficaz de mobilidade social devêssemos ter associado as variáveis ocupação profissional, idade de entrada no mercado de trabalho e escolaridade, podemos ter, apenas através da escolaridade, uma idéia de que houve sim, apesar de pequena, uma mudança no sentido ascendente, na mobilidade social dos apenados com relação aos seus pais. Mas, como os dados de mobilidade social ascendente foram mínimos e somente ligados à escolaridade, podemos dizer que há, observando-se as demais variáveis conjuntamente, uma aparente imobilidade social.

Mas, apesar da particularidade que carrega nossa população de pesquisa, podemos afirmar que a mobilidade social, certamente não apresenta diferenças compatíveis com as discrepâncias econômicas entre os municípios pesquisados, já que, de acordo com elas, Santa Cruz do Sul deveria destacar-se pelas possibilidades individuais ligadas principalmente à educação, o que não foi encontrado na nossa pesquisa. Inclusive, as pequenas diferenças de médias de escolaridade, mesmo não sendo estatisticamente significativas, ocorrem a favor do município de Cachoeira do Sul – município menos favorecido economicamente.

Com relação à distância social percebida, quando medida pela percepção de liberdade de acesso aos lugares, o município de Santa Cruz do Sul é melhor visto pelos apenados. Contudo, essa mesma distância, quando medida pelos lugares que o apenado costumava freqüentar, reverte-se em favor de Cachoeira do Sul que é vista pelos apenados como mais acolhedora, posto que Santa Cruz do Sul, apresenta um percentual de 51,1% de apenados que mencionou não costumar sair de casa antes de ir para a prisão, ou ficava somente nas proximidades de sua residência, ou não se sentia à vontade para circular em seu município de origem. Enquanto 64,3% dos apenados cachoeirenses percebe todos os lugares de seu município como lhes sendo de livre acesso.

Com relação à percepção sobre o posicionamento do lugar de origem na sociedade, sobre o lugar de residência, sobre o preconceito e a confiança, Cachoeira do Sul também foi percebida como mais favorável por parte dos apenados respondentes. Ou seja, o município com indicadores sócio-econômicos menos favoráveis foi percebido como mais acolhedor.

Há ainda, um fato importante na diferenciação entre os municípios quanto aos fatores de atribuição à condição de apenado pelas duas populações: enquanto os apenados cachoeirenses incluem fatores externos (financeiros, mercado de trabalho) à sua condição conforme demonstrado na análise da resposta à questão “que motivos tu achas que te trouxeram para a prisão?”⁹²; apresentada no primeiro capítulo, os apenados santacruzenses culpam a si mesmos, atribuindo sua condição somente a fatores individuais (drogadição, alcoolismo). Isso nos impele a supor que em contextos economicamente mais favorecidos haja em populações excluídas, tal como a nossa população de pesquisa, uma tendência a considerar vitórias e derrotas como predominantemente decorrentes de fatores individuais em detrimento dos fatores estruturais.

A partir do observado acima o que surge é uma hipótese a ser investigada em outros estudos: a hipótese é de que níveis econômicos melhores acirrarão a competitividade, aumentarão o individualismo e diminuirão os níveis de integração social. Essa hipótese é lançada devido à atribuição de causalidade da trajetória que leva ao cárcere e aos níveis de integração, que se mostraram diferenciados entre os dois municípios.

⁹² Questão presente no questionário em anexo.

Quanto ao nível de integração, medido pela participação na vida associativa, foi observado que, apesar dos níveis de integração social desta população terem se demonstrado bastante baixos – com uma média de 13 pontos numa medida que vai de 0 a 60 – houve diferença estatisticamente significativa⁹³ entre os dois municípios pesquisados, favorecendo o município de Cachoeira do Sul.

Contudo, sendo este estudo um primeiro passo, principalmente com relação à análise da mobilidade social e da percepção sobre o lugar de origem das populações carcerárias, em contextos sócio-econômicos diferenciados, seria interessante poder realizar estudos semelhantes, porém com amostras diversificadas das populações dos dois municípios, buscando uma compreensão, não somente das variáveis até o presente momento descritas, mas com intuito também de investigar as representações sociais que os habitantes dos dois municípios constroem acerca das diferenças dos indicadores econômicos e de desenvolvimento entre eles.

Por fim, acreditamos que, apesar das limitações apontadas acima, nossa pesquisa tenha gerado um vasto volume de dados que ainda nos permitirão muitas explorações teóricas, além de uma experiência grandiosa em termos não somente da análise da desigualdade entre municípios de uma mesma macro-região por exemplo, bem como dentro dos próprios municípios pesquisados, tendo como premissa que o crescimento econômico medido pelos indicadores quantitativos não se reverte necessariamente em qualidade de vida para toda a população a qual se refere.

⁹³ Testada pelo teste t de diferença de médias com sig. 0,01 < 0,05.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. Exclusão socioeconômica e violência urbana. *Sociologias: Violências, América Latina / Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. - V. 1, ano 4, n. 8, jul./dez. 2002, p. 84- 135.

ARBIX, Glauco. Por uma estratégia de civilização. In: Arbix, G.; Zilbovicius, M.; Abramovay, R. (org.). *Razões e Ficções do desenvolvimento*. São Paulo: Editora UNESP; Edusp, 2001, p. 55-69.

BAUMAN, Zigmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. 145p.

BAUMAN, Zigmunt. *O mal-estar na pós-modernidade*. Tradução de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p.27- 48.

- BRICEÑO-LÉON, Roberto. La nueva violencia urbana de América Latina. *Sociologias: Violências, América Latina / Universidade Federal do Rio Grande do Sul.* - V. 1, ano 4, n. 8, jul./dez. 2002, p. 34- 51.
- BRUYNE, Paul de. *Dinâmica da pesquisa em Ciências sociais: pólos da prática metodológica.* 5ed. Rio de Janeiro: F. Bastos, 1991. 251p.
- CAMPOS, André. et. al. (org). *Atlas da Exclusão Social no Brasil: dinâmica e manifestação territorial.* São Paulo: Cortez, v. 2, 2003. 167 p.
- CASTEL, Robert. A modernidade Liberal. In: _____. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.* Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 211- 226.
- CENSO demográfico 2000: Banco de dados agregados do IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>> . Acesso em 29 jan. 2005.
- CORREA, Silvio Marcus de Souza. Migração e a (re)construção do capital social. In: _____. (org.). *Capital social e desenvolvimento regional I.* Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, p. 303 -334.
- COSTA RIBEIRO, Carlos Antônio. Mobilidade Social Passada e Futura: correlações com opiniões políticas, percepções sobre conflito e sobre chances de vida. In: SCALON, Celi (org.). *Imagens da desigualdade.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. 344p.
- DOWBOR, Ladislau. Gestão social e Transformação da sociedade. In: Arbix, G.; Zilbovicius, M.; Abramovay, R. (org.). *Razões e Ficções do desenvolvimento.* São Paulo: Editora UNESP; Edusp, 2001, p. 197- 221.
- DUPAS, Gilberto. As várias dimensões da exclusão social e da pobreza. In: _____. *A Economia Global e Exclusão Social.* São Paulo: Paz e Terra, 2001, p. 13- 27.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os Estabelecidos e os Outsiders.* Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 224p.
- FANDIÑO, Juan M.; SCHABBACH, Leticia M.; TIRELLI, Cláudia; GRIZA, Aida. *O Sistema Prisional no Rio Grande do Sul: Análise do Censo Penitenciário de 1994.* Mimeo: Trabalho apresentado no Seminário Internacional “Violência, criminalidade e segurança pública”. Porto Alegre, junho 1996. Mimeo.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.* Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988. 158p.

- _____. Manicômios, prisões e conventos. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. São Paulo: Perspectiva, 1990.
- GOLDENBERG, Miriam. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa em ciências sociais*. 4ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 107p.
- GUARESCHI, Pedrinho A. Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. In: SAWAIA, Bader (org.). *As artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 141- 156.
- HELPER, I.; AGNES, C. *Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos*. 6 ed. rev. e ampl. -- Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. 60 p.
- JANNUZZI, Paulo de Martino. *Indicadores Sociais no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora Alínea, 2003. 141p.
- JODELET, Denise. Os processos psicossociais da exclusão. In: SAWAIA, Bader (org.). *As artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 53- 66.
- KEIL, Ivete. Capitalismo, ordem social e exclusão: por uma discussão de teorias. In: Baquero, Marcelo (org). *Reinventando a sociedade na América Latina: Cultura política, gênero, exclusão e capital social*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001, p. 71- 115.
- KLIKSBERG, Bernardo. Desigualdade social é desafio do século 21. Entrevistadora: M. C. Dias, 2002. Entrevista concedida a UNESCO. Organização das Nações Unidas. Disponível em: <http://www.unesco.org.br> . Acesso em 07 mar. 2004.
- KLIKSBERG, Bernardo. *Repensando o Estado para o Desenvolvimento Social: superando dogmas e convencionalismos*. Tradução de Joaquim Ozório Pires da Silva. São Paulo: Cortez, 1998. 92p.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Sociologia Geral*. 7.ed. rev. e ampl. -- São Paulo: Atlas, 1999. 373p.
- LANE, Sílvia T. Maurer. *O que é psicologia social*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. 87p.
- MARIÑO, Juan Mario Fandiño. Análise comparativa dos efeitos da base socioeconômica, dos tipos de crime e das condições de prisão na reincidência criminal. *Sociologias: Violências, América Latina / Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. - V. 1, ano 4, n. 8, jul./dez. 2002, p. 220- 244.
- PASTORE & DO VALLE SILVA. *Mobilidade Social no Brasil*. SP: Makron Books, 2000.

PAUGAM, Serge. O enfraquecimento e a ruptura dos Vínculos sociais – uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. Tradução de Camila Giorgetti. In: SAWAIA, Bader (org.). *As artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 67- 86.

_____. *Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza*. Tradução de Camila Giorgetti e Tereza Lourenço. São Paulo: Cortez Editora, 2003. 331p.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS. *Relatório de Desenvolvimento Humano 2002: Aprofundar a democracia num mundo fragmentado*. Lisboa: Mensagem Serviços Editoriais Ltda. 2002. p. 152.

QUIROGA, C. & FAUSTO NETO, A. M. Q. In: PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *Linguagens da Violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, 221 – 235p.

RAMOS, M. P. e MARIÑO, J. M. F. Democracia e Desenvolvimento: Uma discussão teórica conceitual para entender diferenças regionais. In: Becker, D. & Wittman (org). *Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, p.217 –228.

RAMOS, Marília P. *O “novo” e o “velho” ruralismo no Rio Grande do Sul: um estudo sobre os integrantes da UDR*. Santa Cruz do Sul: Editora UNISC, 1995.

SCHABBACH, Letícia M. Sistema Penitenciário do Rio Grande do Sul. *Sociologias*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. POA: ano 1, n. 1, jan./jun. 1999, p. 224- 243.

SACHS, Ignacy. Repensando o crescimento econômico e o progresso social: o âmbito da política. In: Arbix, G.; Zilbovicius, M.; Abramovay, R. (org.). *Razões e Ficções do desenvolvimento*. São Paulo: Editora UNESP; Edusp, 2001, p. 155- 163.

SALAMA, Pierre. Novas Formas da Pobreza da América Latina. In: GENTILI, Pablo (org.). *Globalização Excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. Petrópolis: Vozes, 2000, p.180- 222.

SCALON, Maria Celi. *Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ-UCAM, 1999. 190p.

SCALON, Celi. O que os brasileiros pensam das desigualdades sociais? In: _____ (org.). *Imagens da Desigualdade*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ-UCAM, 2004, p.01- 36.

SEN, Amartya Kumar. *Desenvolvimento como Liberdade*. Tradução de Laura Teixeira da Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409p.

SEN, Amartya Kumar. *Desigualdade reexaminada*. Tradução de Ricardo Dominelli Mendes. Rio de Janeiro: Record, 2001. 297p.

SOJO, Ana. Vulnerabilidad social, aseguramiento y diversificación de riesgos en América Latina y el Caribe. *Revista de la CEPAL* 80. Agosto 2003, p.121- 140.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Violência, América Latina: a disseminação de formas de violência e os estudos sobre conflitualidades. *Sociologias: Violências, América Latina / Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. - V. 1, ano 4, n. 8, jul./dez. 2002, p. 16- 32.

UNDP. União das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: < <http://www.undp.org.br> >. Acesso em 29 jan. 2005.

WINK, Ronaldo. *Santa Cruz do Sul: urbanização e desenvolvimento*. Santa Cruz do Sul:EDUNISC, 2002.

ANEXO A

Questionário número _____

A) DADOS PESSOAIS:

- 1) Naturalidade: 0 - Cachoeira do Sul () 1 - Santa Cruz do Sul ()
 2) Idade: _____ 3) Sexo: 0 - masculino () 1 - feminino ()
 4) Estado Civil: 1 - Solteiro () 2 - Casado () 3 - Amigo () 4 - Viúvo () 5 - Separado ()
 5) Se separado separou-se enquanto estava na prisão? 0 - Não () 1 - Sim () 2003 - ()
 6) Até que série estudou antes de vir para prisão: _____
 7) Primeira ocupação profissional que exerceu na vida: _____ 2004 - () 0 - ()
 8) Que idade tinha quando começou a trabalhar? _____ 2003 - ()
 2004 - ()
 9) Ocupação que exercia antes de vir para o presídio: _____ 2003 - () 2004 - ()
 10) Outras ocupações que exerceu: _____ 2003 - () 2004 - ()
 11) Já teve carteira de trabalho assinada? 0 - Não () 1 - Sim () 2003 - () 2004 - ()
 12) Por quanto tempo? _____ 2003 - () 2004 - ()
 13) _____ Bairro _____ que _____ morava

- 14) Ainda mantém residência lá? 0 - Não () 1 - sim () 2004 - ()

B) DADOS FAMILIARES:

- 15) Tem filhos? 0 - Não () 1 - Sim ()
 16) Tendo filhos, quantos? _____ 2003 - ()
 17) Idades dos filhos: 2003 - () 2004 - ()

1- _____	2- _____	3- _____	4 5- _____	5- _____
----------	----------	----------	------------	----------

- 18) Escolaridade dos filhos (que série estudam ou estudaram) 2003 - () 2004 - ()

1- _____	2- _____	3- _____	4 5- _____	5- _____
----------	----------	----------	------------	----------

- 19) Renda Familiar: _____ 2004 - ()

- 20) O cônjuge trabalha? 0 - Não () 1 - Sim () 2003 - () 2004 - ()

- 21) Caso trabalhe, qual é a ocupação Profissional do cônjuge? _____ 2003 - ()
 2004 - ()

- 22) Até que série estudou o cônjuge: _____ 2003 - () 2004 - ()

- 23) Ocupação profissional da Mãe: _____ (24) Até que série estudou a mãe: _____ 2004 - ()

- 25) Ocupação profissional do Pai: _____ (26) Até que série estudou o pai: _____ 2004 - ()

- 27) Número de irmãos : ____ (28) Idades dos Irmãos: _____ 2003 – () 2004 – ()
 29) Escolaridade dos Irmãos: _____ 2003 – ()
 2004 – ()
 30) Ocupação profissional dos irmãos: _____ 2003 – ()
 2004 – ()

C) PERFIL SOCIAL:

31) De onde tu e a tua família são ? (2004)

0- Cidade () 1- Interior () **31.1 Onde? (2004/2003)** _____

32) Que lugar melhor representa a sociedade Cachoeirense ou Santacruzense para ti? (2004)

1- O centro () 2 - Os Bairros () 3 - A periferia () 4- A Zona Rural () 5 – Outro ()
 Qual? _____ Por que? _____

33) Tu consideras que o lugar onde tu moravas está: -E –(2004)

1 - Dentro da sociedade Cachoeirense ou Santa-cruzense ()
 2 – Em um lugar intermediário ()
 3 - Fora da sociedade Cachoeirense ou Santa-cruzense () () Por quê? _____

34) Quanto à localização, que lugares costumavas freqüentar? – E – (2004)

1 - Somente nas proximidades da tua residência ()
 2 - Por toda a cidade ()
 3 - Somente fora das proximidades da tua residência ()
 0 - Eu não freqüentava os lugares da minha cidade ()

35) Tu consideravas os lugares da tua cidade são : - E – (2004)

1 - todos de livre acesso () 2 - alguns de acesso livre e alguns de acesso fechado ()
 3 - todos de acesso totalmente fechado ()
 Por que? _____

36) As pessoas das tuas relações mais próximas eram pessoas: - C – (2004)

1 - da tua família () 2 - que moravam próximo a tua residência ()
 3 - de outros lugares que não os próximos a tua residência ()
 4 – as três opções anteriores () 0 - eu não me relacionava com ninguém ()

37) Tu descreves o lugar onde tu moravas como: - E – (2004)

1 – um lugar agradável e seguro de morar () 2 – somente um lugar razoável ()
 3 – indiferente, não tem opinião () 4 – tu moravas lá apenas porque tinha nascido lá ()
 5 – um lugar desagradável () Por quê? _____

38) Como tu vias as pessoas de lá: - E- (2004)

1 – como pessoas importantes para ti () 2 - como amigos ()
 3 - Indiferente, não tem opinião sobre aquelas pessoas ()
 4 – somente como vizinhos () 5 – eram pessoas que tu não gostavas ()
 Por quê? _____

39) Tu tinhas amigos no lugar onde moravas? (2004)

0- Não () 1- Sim ()

40) Quem eram os teus amigos mais próximos? (2004)

1 – Pessoas que se criaram contigo no bairro ()
 2 – Pessoas que conheceu através da escola, religião, clube, associação ()
 3 – Somente pessoas da tua família () 4 – Outro () Qual? _____

41) Tu tens amigos hoje? (2004)

0- Não () 1- Sim ()

42) Quando tu precisavas de ajuda, normalmente tu recorrias a quem ? - C – (2004)

1 - a tua família () 2 - aos teus amigos () 3 - aos vizinhos ()
 4 – Todas as pessoas listadas acima () 5 - nenhuma dessas pessoas ()

43) Se tu pensares em alguma conquista na tua vida, tu consideras que chegou a ela, principalmente: - C- (2004)

1 – com ajuda da tua família () 2 – com ajuda dos teus amigos () 3 - com ajuda dos vizinhos ()
 4 – Todos os citados () 0- sozinho () 5 – Outro () Qual? _____

44) Qual é o grupo, ou os grupos, mais importantes para ti hoje? (2004)

1 - a família () 2 - os amigos () 3 - os vizinhos () 4 – os colegas de prisão
 () 0 – nenhum desses ()
 Por que? _____

45) Se tu olhares para vida dos teus avós, tu acha que, em relação a eles, a tua vida? – E – (2004)

0 - Não conheces a história deles () 1 - É melhor () 2 - É a mesma coisa () 3 - É pior ()

Por quê?

46) Se tu olhares para vida dos teus pais, tu acha que em relação a eles a tua vida? – E – (2004)

0 - Não conheces a história deles () 1 - É melhor () 2 - É a mesma coisa () 3 - É pior ()

Por quê?

47) Quem mais te apoiou durante a tua vida? – C – (2004)

1 - Parentes () 2 - Amigos () 3 - Vizinhos ()

4 - Todas essas pessoas 0 - nenhuma dessas pessoas ()

48) Que motivos tu acha que te trouxeram para a prisão? (2004)

49) Tu já

precisastes de atendimento público de saúde antes de vir para o presídio? (2004)

0 - Não () 1 - Sim ()

50) Como tu consideras que foi esse atendimento de saúde pública no teu caso? – E – (2004/2003)

1 - Totalmente Insatisfatório () 2 - Insatisfatório ()

3 - Indiferente, não tem opinião () 4 - Satisfatório () 4 - Plenamente Satisfatório ()

51) Tu já precisastes de atendimento gratuito da justiça? (2004)

0 - Não () 1 - Sim ()

52) Como tu consideras que foi esse atendimento gratuito da justiça no teu caso? – E – (2004/2003)

1 - Totalmente Insatisfatório () 2 - Insatisfatório ()

3 - Indiferente, não tem opinião () 4 - Satisfatório () 4 - Plenamente Satisfatório ()

53) O (A) Sr. (a) acredita que com relação à confiança nas pessoas? –E (2004)

1 - Pode-se confiar na maior parte das pessoas. ()

2 - A maioria das pessoas no caso de necessidade é solidária () .

3 - Depende muito da ocasião () .

4 - É preciso muito cuidado ao tratar com outras pessoas. ()

5 - Hoje em dia não é possível confiar em ninguém ()

54) Ler as seguintes afirmações e marcar a opinião dos entrevistados: - Com relação as seguintes afirmações o (a) sr. (a): - E (2004)

1 - Discorda totalmente 2- Discorda 3- Indiferente 4- Concorda 5- Concorda totalmente

1 - A existência de criminosos na sua cidade se deve a exploração dos ricos em relação aos menos favorecidos. ()

2 - A existência de criminosos na sua cidade se deve à diferença de oportunidades oferecidas a uns e a outros. ()

3 - Os ex-apanados nesta cidade, em geral, mesmo quando bons trabalhadores, não podem subir na vida porque as portas (oportunidades) estão fechadas para eles. ()

4 - A criminalidade é originada da falta de vontade de trabalhar. ()

5 - A existência de criminosos na sua cidade se deve ao fato de que eles são preguiçosos ou relaxados. ()

6 - A existência de criminosos na sua cidade se deve a características que algumas pessoas carregam desde o nascimento como a inteligência, por exemplo. ()

7 - A criminalidade é consequência da raça da pessoa. ()

55) Com que freqüência participavas das seguintes associações: (2004)

Tipos de Associações	0- nunca	1- Eventualmente (menos de uma vez ao mês)	2- Mensalmente (uma vez ao mês ou mais)	3- Semanalmente (mais de uma vez por semana)	4 - Sempre que ocorre reunião
1-Clube Esportivo					
2-Sociedade Recreativa ou Clube Social					
3-Organização Artística, Musical, Educacional					
4-Sindicato					
5-Partido Político					
6-Entidade de Proteção ao Meio Ambiente					
7-Organização de Caridade					
8-Cooperativa					
9-Associação de Bairro					

10-Outro tipo de Associação _____

56) Os teus pais participavam de algum tipo de associação? (2004)

0 – Não () 1 – Sim () 56.1 - Qual? (2004 /2003) _____

57) Com que frequência o (a) sr. (a) costumava: (2004)

	0- nunca	1- Eventualmente (menos de uma vez ao mês)	2- Mensalmente (uma vez ao mês ou mais)	3- Semanalmente (mais de uma vez por semana)	4 – Diariamente, sempre ocorre
1-Reunir amigos em casa					
2-Visitar parentes e amigos					
3-Sair com colegas de Trabalho/ profissão					
4-Reunir-se com membros da Mesma igreja/religião					
5-Passar o tempo com amigos em Jogos/ atividades esportivas					

D) HISTÓRICO PRISIONAL OBTIDO NO ARQUIVO:

58) Tempo de prisão: _____ 59) Total da pena (2004): _____

60) Motivo da Condenação (acusação): _____ 61) Reincidente: 0 – Não () 1 – Sim ()

ANEXO B

TABELA 27 – PROFISSÃO DO PAI E PRIMEIRA PROFISSÃO DO APENADO

		primeira ocupação profissional (por categorias)									
		Agricultor, colono ou peão	autônomo	empresário indústria/c omércio	industrialiário	servidor público s/ curso superior	setor de serviços s/ curso superior	setor de serviços c/ curso superior	outros	não se aplica	Total
Ocupação prof. do pai (por categorias)	Agricultor, colono ou peão	8 50,0%	1 6,3%		3 18,8%		2 12,5%		2 12,5%		16 100,0%
	aposentado		1 100,0%								1 100,0%
	autônomo		11 32,4%		3 8,8%		11 32,4%		9 26,5%		34 100,0%
	comerciário		1 25,0%	1 25,0%			2 50,0%				4 100,0%
	do lar						1 100,0%				1 100,0%
	empresário indústria/com.			1 12,5%		1 12,5%	6 75,0%				8 100,0%
	industrialiário	1 5,0%	4 20,0%		5 25,0%		7 35,0%		2 10,0%	1 5,0%	20 100,0%
	profissional liberal c/ curso superior						1 100,0%				1 100,0%
	servidor público s/ curso superior	1 9,1%	4 36,4%		1 9,1%	1 9,1%	3 27,3%			1 9,1%	11 100,0%
	setor de serviços s/ curso superior	1 3,7%	3 11,1%		3 11,1%		16 59,3%	1 3,7%	2 7,4%	1 3,7%	27 100,0%
	setor de serviços c/ curso superior						1 100,0%				1 100,0%
	outros	2 12,5%	1 6,3%				5 31,3%		7 43,8%	1 6,3%	16 100,0%
	Total	13 9,3%	26 18,6%	2 1,4%	15 10,7%	2 1,4%	55 39,3%	1 ,7%	22 15,7%	4 2,9%	140 100,0%

FONTE: criada pelos autores a partir do software SPSS

